

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de História -HIS
Monografia de Conclusão - Curso de Graduação
Professor Orientador: Mateus Gamba Torres.

**Deus, Justiça Social e Subversão:
uma análise dos discursos dos ditadores militares (1964-1985)**

Rafael Vieira Cavalcante

Brasília

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família em especial a minha mãe Maria de Lourdes conhecida simplesmente como Duda e minha avó Ines que sempre me apoiaram e estão comigo desde o início sendo minhas bases.

Agradeço aos professores que passaram por toda minha formação acadêmica, por toda as orientações e conhecimentos passados. Em especial, neste momento, ao Mateus Gamba Torres não apenas por ter aceitado esta pesquisa, mas também por me orientar de uma maneira leve diminuindo as preocupações da monografia.

Agradeço aos amigos que tornaram essa caminhada da graduação mais leve, em especial aos que conheci na Universidade de Brasília, Gustavo, João, Naidson, Pablo, Rafael e Ana que entraram no curso comigo e foram de grande ajuda e apoio não apenas nas disciplinas, mas também no pessoal.

Por fim, mas não menos importante, agradeço também a minha mulher Giovanna e minha sogra Ana Lígia por todo incentivo, apoio e ajuda nesta reta final.

RESUMO

O presente trabalho visou analisar os discursos dos ditadores militares brasileiros da ditadura instaurada com o Golpe de 1964, bem como os preâmbulos dos Atos Institucionais do 1 ao 5 e as notícias do Jornal do Brasil entre os anos de 2000 e 2010, que fazem referência ao período ditatorial. Como metodologia de análise, foi selecionado o conceito de discurso criado por Michael Foucault observando os temas abordados e algumas contradições entre um discurso e outro, ou mesmo como alguns elementos eram suscitados entre os diferentes ditadores para a manutenção do governo vigente. Foucault aponta que os discursos são vários temas que constroem uma ideia. Aqui, tenho como objetivo abordar como as ideias utilizadas em seus pronunciamentos podem ser usadas para recriar as memórias do presente sobre o período ressignificando os fatos ocorridos.

Palavras-chave: Discurso; ditadores; temas; argumento dos ditadores; contradição e memória

ABSTRACT

The present work aims to analyze the speeches of the Brazilian military dictators of the dictatorship established with the coup of 1964, as well as the preambles of Institutional Acts 1 to 5 and the news of Jornal do Brasil between the years 2000 and 2010, which refer to the dictatorial period. The concept of discourse created by Michael Foucault was chosen as a methodology of analysis, observing the themes addressed and some contradictions between one discourse and another, or even how some elements were raised between the different dictators to maintain the current government. Foucault proposes that discourses are various themes that construct an idea. This article aims to address how the arguments of their pronouncements can be used to recreate current memories about the period, re-signifying the facts that occurred.

Keywords: Discourse; dictators; themes; dictators argument; contradiction and memory

INTRODUÇÃO.....	06
CAPÍTULO I: Institucionalizando a ditadura, o “milagre” econômico com Medici.....	11
1.1 Institucionalizando.....	11
1.2 A repressão e o “milagre” econômico.....	19
CAPÍTULO II: crise econômica, abertura e lembrança.....	24
2.1 Crise econômica e abertura política.....	24
2.2 Reconstruindo memórias.....	31
CONCLUSÃO.....	38
FONTES.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

Introdução

O ato de falar ainda hoje é um dos principais meios de comunicação, mesmo com todo o aparato tecnológico e as diversas maneiras de comunicação existentes, o modo como se fala é importante, mas não apenas isso, o que é comunicado e a quem é passada a mensagem; cada mensagem e como ela vai ser passada vai variar do público ao qual se quer atingir.

Se retornarmos a diversas sociedades em tempos diferentes, perceberemos a importância do discurso e da oratória, como com gregos e romanos da antiguidade, os senhores feudais e as demais figuras políticas e religiosas no medievo, os reis e os nobres durante a modernidade, as figuras políticas durante a contemporaneidade, entre as mais diversas nações indígenas espalhadas no mundo e não só entre essas figuras com maior poder e status sociais, mas também entre as personagens históricas das classes mais desfavorecidas e de seus diversos grupos e líderes. O fato é que a oratória tem sido em todas as sociedades uma peça fundamental para unir grupos, ou se livrar de situações por si próprio, como é no caso da obra de Carlos Ginzburg ‘O queijo e os vermes’ a qual Menocchio usa da oratória para escapar da inquisição¹.

Na política o discurso é a principal peça para o sucesso ou fracasso de um político. Seja para o bem ou para o mal, um bom discurso pode criar inimigos e aliados, juntar ou repelir grupos, apaziguar o caos social, ou criar catástrofes como os discursos fascistas e nazistas no século XX. Durante o século XX o Brasil teve uma intensificação de suas crises políticas. Um exemplo foi o aumento na força da extrema direita e do Estado corporativista, desencadeando a comumente chamada ‘Era Vargas’², seguido por sua queda e suicídio. Durante e após Vargas as tensões políticas e sociais não foram apaziguadas, pelo contrário, se intensificaram, principalmente após o mandato de Juscelino Kubitschek. Estas tensões deixaram o mandato seguinte em um momento completamente delicado criando crise em diversas camadas da sociedade brasileira.

JK criou o seguinte slogan para seu governo ‘avançar 50 anos em 5’ ou seja, possuía um viés nacional desenvolvimentista que visava o avanço industrial brasileiro tendo sucesso pelo momento da opinião pública e pelo suicídio de Vargas³. A criação de Brasília entre outras

¹ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. 8ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

² BEIRED, J. L. B. . **Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. 1. ed. São Paulo: Loyola/Programa de Pós-Graduação em História Social-USP, 1999. P. 103, 104

³ BASTOS, P. P. Z. **Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas**. São Paulo: Editora UNESP, 2012. P. 454.

políticas de JK marcara seu governo. Suas políticas deixaram uma inflação galopante atingindo os governos posteriores. Todo o aumento dos conflitos políticos, sociais, militares e econômicos culmina no golpe militar de 1964 no governo de João Goulart.

Com relação ao governo de João Goulart também conhecido como Jango, ele assume em meio a crises políticas, econômica e militar. Jango era vice-presidente de Jânio Quadros, a qual acaba por renunciar ao cargo de presidente enquanto Goulart estava na China em agosto de 1961; alguns militares golpistas tentam forçar o congresso a dar um golpe destituindo Jango, entretanto foi um golpe mal sucedido, tendo ele assumido sobre regime parlamentar (como maneira de apaziguar a política), o seu governo é marcado por tentativas falhas de conciliar as esquerdas e as direitas e criar um diálogo entre eles de forma a diminuir a tensão política do momento, todavia nenhum dos dois lados cedeu forçando-o a escolher um lado, quando João Goulart passa a se aliar às esquerdas alguns militares indecisos são convencidos pelos golpistas, culminando no golpe de 1964⁴.

Sobre a ditadura, alguns historiadores como Jorge Ferreira consideram o golpe de 1964 como civil-militar por toda a participação popular em manifestações e da participação ativa da mídia⁵, outros já consideram apenas um golpe militar orquestrado pela política de desestabilização envolvendo corporações multinacionais, capital brasileiro associado-dependente, o governo dos Estados Unidos e militares brasileiros, como é o caso da autora Maria Helena⁶. Neste caso de interpretação leva em consideração o fato de os militares serem os principais agentes da ditadura. Outra difusão historiográfica é se o golpe foi premeditado no sentido de que teve um plano a ser seguido devido a longevidade da ditadura ou se ele foi se ajustando e se mantendo. Mas o fato é que a ditadura militar durou mais de 20 anos, alguns marcam seu fim em 1985 com a posse de Sarney, outros em 1988 com a promulgação da constituição, pois consideram Sarney como um ‘homem do sistema’, já que ele havia sido presidente do partido ARENA, o qual representava os militares⁷.

Como dito anteriormente, o discurso é importante, para manter um regime militar autoritário não poderia ser diferente, através do discurso militar podemos perceber como a população foi afetada e como sua memória se forma, tendo em vista toda a condição social da

⁴ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira República (1945-1964)**. Coleção O Brasil Republicano, vol. 3. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. P.348 a 351

⁵ Ibidem, p. 400 e 401

⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Maria Helena Moreira Alves, Bauru, SP: EDUSC, 2005. P. 26 a 31

⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. P126, 127

época e os meios de comunicação como jornais, rádios e a televisão. Esse discurso e como ele afeta a sociedade pode explicar como a ditadura teve uma aparência legal, que vai além da criação dos atos institucionais, mas também permite perceber o que levou o então ex-ditador militar Emílio Garrastazu Médici ter sido aplaudido pela população no Maracanã em 26 de outubro de 1971 mesmo tendo uma alta na repressão do Estado pelo regime com ele no poder⁸.

Neste trabalho, pretendo analisar o discurso dos militares durante a ditadura e se esse discurso retorna e de quais maneiras ele retorna após o fim dela, desde as defesas até tentativas de reconstruir a memória sobre a ditadura. Como principais fontes serão usados discursos presidenciais de cada ditador, a qual eram passados ao público comum, os preâmbulos dos atos institucionais 1 ao 5 e discursos a favor da ditadura até o ano de 2010. Acredito ser importante analisar os preâmbulos dos atos institucionais, principalmente do 1 ao 5, pois eles possuem argumentações dos militares para justificar o golpe e a continuação da ditadura. Nas palavras da autora Alves:

A necessidade de legitimar de alguma maneira sempre foi uma verdadeira obsessão dos primeiros anos do período militar no Brasil. Pretendiam evitar uma ditadura clássica, baseada em um só general todo-poderoso, e criar um Estado de Segurança Nacional capaz de assegurar a ordem imposta e decidida pelos governantes por meio de uma série de novas instituições, leis e regras. - (ALVES, 2005, p. 10)

E a saída para essa legitimação e aparato ‘legal’ foram os atos institucionais, alguns juristas consideram a ditadura no Brasil de 1964-1984 a mais legalizada de toda América do Sul⁹. e vale ressaltar que durante o período ditatorial até o fim dos atos institucionais a constituição se mantém, mas no limiar dos atos¹⁰. Foram promulgados ao todo 17 atos institucionais, por qual motivo irei usar até o AI-5? Não apenas pelo fato do AI-5 ser talvez o mais marcante por aumentar consideravelmente o poder presidencial e dar mais suporte ainda a censura, mas também pelo AI-5 marcar o fim do processo de tentativa de institucionalização da ditadura dando início ao ciclo maior de repressão¹¹.

⁸ ARAÚJO, José. **Felicidade**. O Jornal, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1971 disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=110523_06&pesq=%22Medici%20aplaudido%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br> acesso em 08 de jul. 2023

⁹ CAMARA, H. F. **Genealogia do Ato Institucional? entre legalidade, exceção e legalidade excepcional**. Revista História do Direito (RHD), Paraná, 2002. P. 275 e 276 disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/82954/45883> acesso em 08 de fev. 2023

¹⁰ BECHARA, G. N.; RODRIGUES, H. W. **Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário**. Justiça do Direito (UPF), 2015, v. 29, p. 593 disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/5611> acesso em 25 de fev. De 2023

¹¹ CAMARA, H. F. **Genealogia do Ato Institucional? entre legalidade, exceção e legalidade excepcional**. Revista História do Direito (RHD), Paraná, 2002. P. 281 disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/82954/45883> acesso em 08 de fev. 2023

Sobre a teoria de discurso usada neste trabalho, irei utilizar o conceito do filósofo Michael Foucault. Ele acredita que em toda sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos, estes teriam por papel exorcizar os poderes e os perigos refreando o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada e temível materialidade. O discurso não é aquilo que traduz as lutas ou o sistema de dominação, mas aquilo pelo qual e com o qual se luta. Logo, o discurso é formado por um conjunto de ideias e temas, essas ideias podem “atacar ou defender” um sistema ou um grupo¹². Os discursos dos ditadores trazem consigo argumentações para manter a ditadura e disfarçava-la, trazendo a ideia de que a nação sobre seu comando está sendo bem-sucedida, através do conceito de discurso de Foucault é possível analisar quais os principais temas abordados, as contradições em suas argumentações e as ideias por trás de cada argumento.

Foucault destaca que existem três grandes sistemas de exclusão que controlam o discurso, (vale lembrar que existem outros). Os três principais são as palavras interditas, estas são conhecidas como palavras tabus que limitam temas e estão ligadas a questões de poder e controle social; outro meio é a partilha da loucura, esta por sua vez segrega os indivíduos que são vistos como perigosos ao sistema e a ordem social, a partilha da loucura é uma forma de controle social a qual o ‘louco’ era enviado a um hospital psiquiátrico ou semelhante e isolado do resto da sociedade; por fim, a vontade da verdade, ele considera essa última a mais complexa, pois ela está vinculada aos interesses da sociedade em saber o que é verdade e ela se modifica de tempos em tempos. Logo, esses sistemas controlam o que deve ou não ser dito na sociedade, aquilo que não passa por esses sistemas é excluído/censurado por ela; apesar de Foucault destacar principalmente a mudança do desejo da verdade, os demais também se transformam, com as mudanças da sociedade ou do sistema.

Os discursos após passarem por esses sistemas de exclusão são proliferados acompanhados de rituais, principalmente ao que tange os discursos políticos e religiosos. Estes rituais nada mais são do que tudo aquilo que acompanha o discurso, ou seja, os gestos, cenários (caso existam) e afins. Mas como Foucault define os discursos políticos? As doutrinas políticas são formuladas por conjuntos de ideias as quais as únicas condições requeridas é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de uma certa regra mais ou menos flexível. Estes discursos também vêm com a ideia de pertencimento de classe, status social ou de raça¹³.

¹² FOUCAULT, Michael. *(L’Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970)*. Tradução: A ordem do discurso aula inaugural no collège d’e France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. Tradutor: Edmundo Cordeiro e Antônio Bento. Editora Ciberfil, 2002 P. 02

¹³ Ibidem, P. 04, 05 10 e 11

Portanto, para Foucault, os discursos são formados por conjuntos de ideias/temas que são transmitidos socialmente após passarem pelos sistemas de exclusão. Os discursos são acompanhados por rituais durante sua transmissão, caso eles sejam de cunho político trazem consigo além do seu conjunto de ideias o sentido de pertencimento fazendo pessoas que acreditam nas mesmas verdades se unirem.

Com este conceito de Foucault pretendo analisar nos discursos dos ditadores os temas ou os discursos dentro dos discursos. Ou seja, se falam de corrupção e o que falam, inimigo interno, quais as nuances desses discursos e se eles se contradizem em algum momento. Importante ressaltar que a ditadura militar no Brasil se caracteriza não só pelo ‘caráter legal’, mas também é marcado como Estado autoritário ou Estado de exceção, exceção aqui se caracteriza como exceção ao direito, direito esse de lei que atingem a todos igualmente, garantindo suas liberdades¹⁴. Logo, afetam o direito à liberdade de expressão e censuram a oposição, portanto, opiniões opostas ao governo só eram vistas socialmente de maneira clandestina principalmente pós AI-5.

Este trabalho será dividido em dois capítulos. No primeiro irei abordar os três primeiros ditadores, Castello Branco (1964-1967), Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e os 5 primeiros atos institucionais. O segundo capítulo será direcionado aos discursos de Ernesto Geisel (1974-1979), João Figueiredo (1979-1985) e como retornam os discursos pró-ditadura, após o período ditatorial. Os discursos dos ditadores a qual serão analisados são aqueles discursados para o grande público, passando na televisão e/ou rádio¹⁵, já os discursos após a ditadura serão os do Jornal do Brasil entre 2000 e 2010¹⁶

Analisando os discursos que são pró-ditadura pretendo obter a resposta das seguintes questões: Quais são os argumentos que esses discursos fazem para o retorno da ditadura? Existe alguma semelhança na argumentação com os discursos dos ditadores? Onde os discursos dos ditadores convergem e divergem? Como os discursos durante a ditadura afetam a memória sobre o período?

¹⁴ ALVES. Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Maria Helena Moreira Alves, Bauru, SP: EDUSC, 2005. P. 07

¹⁵ Os discursos presidenciais estão localizados no site da biblioteca da presidência da república disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes> acesso em: 15 de jun. 2023

¹⁶ disponíveis na hemeroteca nacional, disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Capítulo I: Institucionalizando a ditadura e o “milagre” econômico

1.1 Institucionalizando

Como dito anteriormente neste capítulo pretendo analisar os discursos feitos pelos ditadores Castelo Branco, Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici; juntamente com os preâmbulos dos atos institucionais do AI-1 ao AI-5. Pretendo seguir uma ordem cronológica entre os atos e os discursos, acredito assim poderemos perceber com mais facilidade as nuances dos discursos.

Esta primeira etapa da ditadura é conhecida como sua institucionalização que vai respectivamente nos governos de Castello Branco e Costa e Silva por conta dos atos institucionais que dão uma aparência de legalidade na ditadura, com Medici começaria o que ficou conhecido como os anos de chumbo, e o auge do período de repressão da ditadura; por esse motivo encerrarei com Medici este capítulo. Deixando o capítulo 02 para uma análise do processo de abertura¹⁷.

No dia 9 de abril de 1964 é decretado o Ato Institucional número 01, em resumo esse ato modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, excluía a apreciação judicial desses atos¹⁸. Ele é outorgado pelo general Arthur da Costa e Silva, pelo vice-almirante Augusto Hamann e por Francisco de Assis tenente-brigadeiro. Em seu preambulo eles exaltam o golpe como se fosse uma 'revolução', enaltece a participação popular, e falam quais os objetivos por trás desse ato institucional, o que mais chama atenção é como deixam a claro o objetivo de institucionalizar a ditadura, no seguinte trecho “A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe”¹⁹, a base da argumentação é que a partir desse ato eles podem começar a

¹⁷ CAMARA, H. F. **Genealogia do Ato Institucional? entre legalidade, exceção e legalidade excepcional.** Revista História do Direito (RHD), Paraná 2002. P. 281 disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/82954/45883> acesso em 08 de fev. 2023

BORGES, Nilson. **A doutrina de segurança nacional e os governos militares.** In FERREIRA; DELGADO. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, 9ed, Rio de Janeiro, 2019. P. 22

¹⁸este é o resumo feito pelo site do planalto, além do resumo é possível acessar todo o ato institucional.

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm acesso em: 15 de ago. 2023

¹⁹ BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Ato institucional 01, de 09 de abril de 1964.** Rio de Janeiro: Casa civil, 09 abr. 1964. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm acesso 18 de ago.2023

resolver os problemas instalados pelos bolcheviques²⁰ que estavam infiltrados na cúpula do governo. Por fim dizem que vão manter a constituição de 46 como prova de não radicalização e só vão alterar os poderes presidenciais²¹.

É importante notarmos além dos interesses e argumentações a data. Os poderes presidenciais são alterados de maneira que são ampliados, a partir desse ato, porém Castello Branco só assume o poder alguns dias depois em 15 de abril de 1964. O primeiro discurso de Castello Branco é realizado em 11 de abril de 1964, antes de iniciarmos uma análise de seus discursos, uma rápida biografia de quem foi Castello Branco. Ele nasceu em 20 de setembro de 1897. No estado do Ceará em Fortaleza e faleceu em 18 de julho de 1967, em acidente aéreo no Ceará. Teve sua vida na carreira militar, tendo comandado até o departamento de estudos da Escola Superior de Guerra (1956-1958), foi um dos principais articuladores do golpe militar em 1964 e o primeiro ditador do regime²².

Seu primeiro pronunciamento ao povo transmitido na rádio e na televisão, Castello Branco assim como no preâmbulo do primeiro ato institucional enaltece a participação popular e utiliza o termo “revolução vitoriosa” para enaltecer o golpe; todavia em seu discurso ele diz que libertará o povo de seus temores até 1966, e que ele passará a presidência para o próximo governante eleito pelo povo. Este pronunciamento é feito em abril, mas em julho no dia 24 em Fortaleza, ele faz outro discurso, neste Castello Branco fala sobre a prorrogação de seu mandato, que seria uma missão dada a ele que alinhava o político e o conceito revolucionário; seus apoiadores lhe queriam por mais tempo para arrumar a ‘bagunça’ deixada pelo governo anterior.

Mas quem são os apoiadores do golpe neste momento? É a Igreja Católica, a imprensa, a classe média e os mais ricos que foram os grupos aos quais os militares formaram sua base²³ devido ao apoio desses, principalmente da mídia, neste primeiro momento foi possível proporcionar o apoio das demais camadas sociais. O principal papel da mídia seria fazer uma coesão social em prol da ditadura; importante destacar aqui que antes do AI-5 já havia casos de tortura, tanto que Costa e Silva é enviado por Castello Branco para o nordeste para ver

²⁰ Bolcheviques eram o grupo majoritário do partido comunista Russo tendo Vladimir Ilich Ulyanov, popularmente conhecido como Lênin., como principal líder no início do movimento.

²¹ BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Ato institucional 01, de 09 de abril de 1964**. Rio de Janeiro: Casa civil, 09 abr. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm acesso 18 de abr. 2023

²² <http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/91-castello-branco>

²³ VASCONCELOS, C. B. de. **O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968)**. Florianópolis, 2019. P. 368

denúncias²⁴. Portanto, Castello Branco anuncia seu prolongamento de mandato por ter o apoio social e com seus poderes aumentados devido ao apoio dentro da câmara.

Em abril de 1965 temos o discurso de comemoração de aniversário do governo de Castello Branco. Neste discurso de comemoração, ele fala sobre projeção do futuro, de como seu governo tem feito para o Brasil caminhar prosperamente no futuro; outro assunto tratado é que ele considera que muitas pessoas já se esqueceram de como o país estava até sua chegada no poder, neste ponto aqui é importante notar que ele fala de maneira positiva sobre as cassações de mandatos dos opositores, que estes seriam corruptos. Chamo a atenção ainda nesse discurso para os seguintes trechos:

Naturalmente, os brasileiros têm pagado alto preço para poderem repor o País na trilha da prosperidade, que há algum tempo desertara da nossa comunidade. Nem poderíamos acreditar que erros acumulados durante anos a fio fossem corrigidos em breve tempo, sem a imposição de sacrifícios (...) disso, aliás, teremos a melhor prova nas eleições a serem realizadas, ainda este ano, em onze Estados da Federação, para escolha dos seus governadores. Não tememos o voto do povo. Este é que deve ter medo de se enganar, pois, sempre que isso ocorre, cabe-lhe pagar um tributo doloroso e irrecuperável.... (BRANCO, Humberto Castello. 1965. P:04)

Desses dois trechos podemos tirar duas ideias importantes aqui, que explicam um momento futuro, o primeiro a questão do sacrifício para a prosperidade da nação, evocado no primeiro trecho, esse sacrifício está ligado ao arrocho salarial que é um dos fatores que proporcionará o “milagre” econômico, mas também a diminuição dos direitos assegurados pela constituição, junto dessa ideia vem o conceito de que aquele que não estiver disposto a se sacrificar em prol da nação é inimigo e um subversivo, digo isso pois se alinham com as ideias apresentadas no início do discurso referente a cassação de mandatos. Já o segundo trecho é um chamado social para as eleições (eleições municipais e estaduais se mantiveram até o partido do ARENA começar a perdê-las), ele incita o medo popular de votar na oposição e estar entregando o Estado nas mãos dos adversários, a qual eles tentariam retornar o Estado aos padrões anteriores ao golpe, como os ditadores colocam: um Estado corrupto e subversivo.

No final do mesmo ano, em 27 de outubro de 1965 é promulgado o AI-2 este em resumo: Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos três Poderes; suspende garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. O AI-2 é outorgado por Castello Branco, com a assinatura

²⁴ FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização. 9ed. Rio de Janeiro, 2019, v. 4, p. 170

de seus ministros Costa e Silva, Juracy Montenegro Magalhães, Paulo Bossisio, Vasco Leitão da Cunha e Eduardo Gomes ²⁵; em seu preambulo assim como o primeiro tratam o golpe como revolução, mas aqui, assim como no discurso anterior de Castello Branco, há considerações a oposição, a qual eles dizem

A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranquilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional.

Ou seja, enquanto os militares tentam arrumar o Brasil os opositores fazem barulho e atrapalham este processo, não apenas isso; este trecho do preambulo deixa explicito que os ditadores estão tirando os direitos constitucionais, o que inclusive é algo que se contradiz com o preambulo do AI-1 a qual se refere a permanência dos direitos constitucionais, com o intuito de mostrar a não radicalização da revolução e que ela pretende realmente trazer o bem social.

Alguns meses posteriores ao AI-2 é promulgado o AI-3, na data de 05 de fevereiro de 1966. Esse ato dispõe sobre eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais; permite que Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, exerçam o cargo de Prefeito de capital de Estado; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; outorgado por Castello Branco, com a assinatura de seus ministros: Eduardo Gomes, Mem de Sá, Zilmar Araripe, Decio de Escobare Juracy Magalhães.²⁶ esse ato transformou as eleições para governadores em indireta e o prefeito das capitais iria ser indicado e seu nome aprovado pelas assembleias legislativas. A argumentação para sua instauração se baseia nas eleições indiretas a presidente e vice-presidente feito pelo AI-2, mas não apenas isso. Observe o seguinte trecho:

CONSIDERANDO que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs, conforme expresso no Ato Institucional nº 2(...) CONSIDERANDO ser imperiosa a adoção de medidas que não permitam se frustrem os superiores objetivos da Revolução

²⁵ BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Ato institucional 02, de 27 de outubro de 1965**. Brasília: Casa civil, 27 out. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-02-65.htm acesso 18 abr. 2023

²⁶ BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Ato institucional 03, de 05 de fevereiro de 1966**. Brasília: Casa civil, 05 fev. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-03-66.htm acesso em: 18 abr. 2023

Esses trechos remontam a ideia da necessidade de institucionalizar a ditadura e de que as medidas tomadas pelos atos institucionais são necessárias para que a ‘revolução’ não venha a fracassar, logo, trazem uma mensagem de urgência, diferente dos atos anteriores, este não há citação a subversão, ou exaltação ao povo pelo suporte a ‘revolução’, também não há menção a comunismo ou afins. Todavia o desejo de tornar as demais eleições indiretas é pela derrota do partido do ARENA em alguns estados nas eleições municipais e estaduais.

Ao final do ano de 1966, no dia 12 de dezembro é decretado o AI-4, a qual convoca o Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República e dá outras providências. Outorgado por Castello Branco, com a assinatura de seus ministros Carlos Medeiros Silva, Zilmar Araripe, Ademar de Queiroz, Manoel Pio Corrêa e Eduardo Gomes.²⁷ Em seu preambulo temos o seguinte anuncia:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, já não atende às exigências nacionais; CONSIDERANDO que se tornou imperioso dar ao País uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução; CONSIDERANDO que somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária; CONSIDERANDO que ao atual Congresso Nacional, que fez a legislação ordinária da Revolução, deve caber também a elaboração da lei constitucional do movimento de 31 de março de 1964; CONSIDERANDO que o Governo continua a deter os poderes que lhe foram conferidos pela Revolução.

Este ato é o penúltimo passo para a institucionalização da ditadura, notemos que novamente não há menção a participação popular ou forças opostas aos militares, mas aqui notamos uma contradição ao preambulo do primeiro e segundo ato institucional, ao qual se referiam a mudanças reais na constituição; o argumento central por sua vez passa a ser que a constituição de 1946 não mais atende as demandas da nação e que ela foi bastante modificada por emendas. Assim como o AI-3 é reforçado que quem está no poder são os militares ‘revolucionários’ as quais estas mudanças são a forma que eles possuem para manter os ideais da ‘revolução’ e restaurar a ordem no país, novamente com uma mensagem de urgência, que podemos perceber no trecho “CONSIDERANDO que somente uma nova constituição pode assegurar a continuidade da obra revolucionária”, ou seja, podemos notar um sentido de que é preciso o quanto antes fazermos uma nova constituição para continuar trazendo as mudanças causadas pela “revolução”.

Na virada do ano de 1966, Castello Branco faz um discurso à nação; neste discurso, ele fala sobre o seu governo conseguir conquistas irreversíveis, cita também as movimentações de

²⁷ BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Ato institucional 04, de 12 de dezembro de 1966**. Brasília: Casa civil, 12 dez. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-04-66.htm acesso em: 18 abr. 2023

forças opositoras, acho importante destacar que no discurso de segundo aniversário de seu governo (15 de abril de 1966), Castello Branco também fala sobre a oposição. Por fim, no discurso de fim de ano, são mencionados as mudanças econômicas, os sacrifícios e apoio do povo brasileiro, que a oposição está indo contra as mudanças positivas de seu governo, ele menciona a eleição indireta do ano seguinte tanto no seu discurso de fim de ano, quanto no discurso de aniversário de seu governo.

O último discurso de Castello Branco (15 de março de 1967) é na passagem de faixa para Costa e Silva. Antes de adentrarmos no segundo ditador, iremos analisarmos o último discurso de Castello Branco, ao qual ele cita novamente os sacrifícios da população brasileira, exalta a ‘revolução’, que as mudanças continuarão a ocorrer no governo posterior e exalta a formação da nova constituição.

Ao longo dos preâmbulos dos atos institucionais junto aos discursos de Castello Branco, podemos analisar algumas contradições da ditadura, como as modificações constitucionais e a constante exaltação ao sacrifício do povo brasileiro. Esta exaltação tem duas principais ideias, a primeira de que é preciso se sacrificar para colocar o Brasil no eixo e a segunda à qual aqueles que estão fazendo barulho sobre os sacrifícios e até retirada de direitos constitucionais, são inimigos da revolução, esta visão é intensificada com a formação do inimigo interno no caso os comunistas²⁸.

O segundo ditador do período da ditadura foi Arthur da Costa e Silva, que nasceu em 3 de outubro de 1899 e morreu em 17 de dezembro de 1969. Artur da Costa e Silva foi marechal do Exército e ditador do Brasil durante a ditadura militar, entre 1967 e 1969. Foi um dos articuladores do golpe de 1964, que depôs o governo de João Goulart, e no governo de Castello Branco (1964-1967) ocupou o cargo de ministro da Guerra. Seu governo com o AI-5 institucionaliza ainda mais a ditadura e seus aparatos repressivos. marca o fim da institucionalização e o início do aumento da repressão²⁹.

Em seu discurso de posse, Costa e Silva exalta o governo de Castello Branco e fala de sua participação no mesmo, promete governar com tolerância e paciência, diz manter a moralidade em seu governo, em sua posse não há ataques a oposição, ele apenas cita que está

²⁸ BORGES, Nilson. **A doutrina de segurança nacional e os governos militares**. In FERREIRA; DELGADO. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. 9ed Rio de Janeiro, 2019. P. 24, 25

²⁹ Costa e Silva. memória da ditadura. disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/artur-da-costa-e-silva/> acesso 25 de fev. 2023

preparado para os altos e baixos da opinião pública. Ou seja, em seu discurso de posse ele se apresenta como condescendente com a oposição e que visa progresso a nação.

No dia 31 de março temos a primeira entrevista a público de Costa e Silva, no dia em que os militares comemoram o golpe. Nesta entrevista ele fala que a escolha da data da entrevista foi proposital

hoje, 31 de março, completam-se 3 anos da vitória do movimento que, em 1964, irmanou a opinião pública brasileira ao pensamento e à ação das Forças Armadas na tentativa bem-sucedida de salvar a democracia de um naufrágio que parecia àquela altura irremediável. A escolha desta data para o meu reencontro com a imprensa livre de meu País não foi a casual e tem um sentido simbólico a nós que chefiámos o Movimento de 31 de março no âmbito militar e que teríamos fracassado se não contássemos com a opinião pública e com os órgãos que a exprimem. (SILVA, Arthur da Costa. 1969. P:02)

Na entrevista Costa e Silva fala sobre liberdade de imprensa, sobre educação e discursa sobre parâmetros gerais que seriam as propostas de seu governo, esta entrevista é feita para a mídia nacional e estrangeira; ou seja, a data e todo o seu discurso foram um método de propaganda da ditadura, com o intuito até de melhorar a visão exterior sobre o Brasil.

Em 13 de dezembro de 1968 temos decretado o tão emblemático AI-5, resumidamente o AI-5 suspende a garantia do *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. O AI-5 é outorgado por Costa e Silva, e consta a assinatura dos ministros: Luís Antônio da Gama e Silva, Augusto Hamann Rademaker Grunewald, Aurélio de Lyra Tavares, José de Magalhães Pinto, Antônio Delfim Netto, Mário David Andreazza, Ivo Arzua Pereira, Tarso Dutra, Jarbas G. Passarinho, Márcio de Souza e Mello, Leonel Miranda, José Costa Cavalcanti, Edmundo de Macedo Soares, Hélio Beltrão, Afonso A. Lima e Carlos F. de Simas.³⁰ Seu preambulo volta-se ao preambulo do AI-1 sobre os objetivos da ‘revolução’, sua instauração seria uma maneira de combater aqueles que tentam frear o movimento de 1964. Analisemos os seguintes trechos

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia

³⁰ BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Ato institucional 05, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília: Casa civil, 13 dez. 1968. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm acesso em: 18 abr. 2023

política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária; CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

Logo a base argumentativa para o aumento da repressão pelos militares é o conceito de pôr ordem e continuar o processo que eles começaram, ‘a luta contra a subversão e o comunismo’, na luta contra o inimigo maior (comunistas) até mesmo a democracia se tornava algo secundário, o que permite esta base argumentativa por parte dos militares³¹.

Em 15 de março de 1969 temos o discurso do aniversário de dois anos de governo de Costa e Silva. O ditador exalta as transformações de seu governo, fala sobre o AI-5:

Compreendo e aceito que para certas áreas da opinião, interna e externa, a mais relevante de todas consistiu no conjunto de restrições formais e transitórias a que ficaram submetidas, a partir de 13 de dezembro, as regras constitucionais de funcionamento dos Poderes. Mas espero confiantemente que cada um dos brasileiros, por seu turno, reconheça que a edição do ato Institucional nº 5, na mesma medida em que fazia a Revolução de 31 de março refluir à sua posição inicial de força, para melhor preservá-la, resguardou claramente a limpidez de intenção de suas origens, para mais seguramente levá-la a seu objetivo político primordial: a consolidação do sistema democrático, através da fixação de formas novas, capazes de compatibilizá-lo com os reclamos do nosso tempo e com as exigências imperiosas do progresso social, econômico, moral e cultural do nosso povo. (SILVA, Arthur da Costa. 1969. P:02)

Aqui voltamos a ideia de sacrifícios que a população precisa fazer para restaurar a ‘moral’ e resolver os problemas econômicos enfrentados, ou seja, após essas perdas de direitos, junto ao apoio da população aos militares viria o progresso e posteriormente o fim da ditadura (para eles a missão teria sido cumprida).

Ainda em seu discurso ele passa os motivos de não entregar o Brasil aos civis como era anterior ao golpe, no caso o povo seria enganado e a democracia se mostraria como uma presa fácil, perdendo a confiança popular “por mais harmoniosas que sejam suas linhas exteriores, não será democrático em substância, pois, mais cedo ou mais tarde, perderá a estima e a confiança do povo, expondo-o como presa dócil...”. Outro tema abordado é a questão econômica, de forma positiva, pois estava começando o “milagre” econômico.

Costa e Silva tem algumas complicações de saúde em 1969, e acaba indo a óbito. Em prática, caso fosse um governo democrático, seu mandato iria para Pedro Aleixo (vice-presidente), mas ocorrem algumas manobras dos militares, a qual alegavam que com a grave situação do país Pedro Aleixo não poderia assumir conforme a constituição de 1967. Pedro

³¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. São Paulo. P. 05 a 12

Aleixo é afastado e é formada uma junta militar para governar o país até a escolha de um sucessor para Costa e Silva, a junta foi formada pelo o Almirante Augusto Rademaker, ministro da Marinha; o General Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército; e o Brigadeiro Márcio de Sousa Melo, ministro da Aeronáutica.³² A escolha de Medici, foi através de uma votação no Congresso Nacional sendo a chapa dele única, tendo 293 votos a favor e 73 abstenções, importante ressaltar que o Congresso estava fechado desde a decretação do AI-5³³, este momento ficou conhecido como golpe dentro do golpe³⁴. Costa e Silva inicialmente mantinha uma postura em seu discurso de ser mais aberto à oposição no seu governo, até mesmo poderia dar a entender uma grande abertura através da nova constituição, entretanto suas ações se mostram contrárias, principalmente com a outorga do AI-5, mantendo essa postura de mais aberto a oposição na teoria.

1.2 A repressão e o “milagre” econômico

O terceiro ditador do período ficou conhecido pelos anos de chumbo ou para alguns devido ao “milagre” econômico³⁵ anos de ouro, Emílio Garrastazu Médici mais conhecido simplesmente como Medici, nasceu em 4 de dezembro de 1905 e faleceu em 9 de outubro de 1985. Em sua carreira após um longo período nas Forças Armadas, foi nomeado, em 1960, subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Um ano depois, foi promovido a general-de-brigada. Apoiou a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961 e, dois anos depois foi nomeado comandante da Aman. Em 1967, assumiu a chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI). Em 1969, foi promovido a general e foi nomeado comandante do 3º Exército, em Porto Alegre, sendo em 1969 ainda “eleito” de forma indireta presidente do Brasil³⁶.

Medici em seu discurso de posse, intitulado ‘Mundo sem fronteiras’ fala sobre ele mesmo ser oferta e aceitação, não uma promessa; ele fala sobre a manobra que os militares fizeram

³² **Juntas militares**. FGV CPDOC. disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juntas-militares> acesso em: 06 de jul. 2023

³³ REIS, Palhares Moreira. **Eleições diretas e indiretas no Brasil**. Brasília. 1997. P: 129
Dias, Reginaldo. **História das eleições episódio 14: a eleição indireta a presidente da república de 1969**. CBN. 2022. Disponível em: <https://www.cbnmaringa.com.br/noticia/a-eleicao-indireta-a-presidente-da-republica-de-1969> acesso em 06 de jul. 2023

³⁴ CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe 1964-1969**. 2º edição, Rio de Janeiro. 2014. P. 10

³⁵ o “milagre” econômico foi um período da ditadura a qual acontece um grande aumento do PIB e diminuição da inflação, na época sendo transmitido como algo positivo e forma de propaganda dos militares, entretanto este aumento acontece através do aumento da concentração de renda, do arrocho salarial e do investimento estrangeiro que por sua vez proporcionou um grande aumento na dívida externa do país.

³⁶ Emílio Garrastazu Médici. memória da ditadura disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/medici/> acesso 06 de mar. 2023

para colocá-lo no poder para Pedro Aleixo não assumir, de forma exaltada é claro, também há de se notar a posição a qual ele se coloca de detentor da justiça.

Faço a justiça de proclamar o equilíbrio e a serena energia, o patriotismo e a grandeza com que se houveram os três Ministros Militares no exercício temporário da Presidência da República, que a mim transmitem, no símbolo dessa faixa, pelas mãos honradas de Sua Excelência, o Almirante AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD. (MEDICI, Emilio Garrastazu. 1969. P:04)

No decorrer do seu discurso de posse, ele ainda exalta a ‘revolução’, outro tema recorrente é a citação do homem do campo a qual Medici diz querer investir e acreditar, diferente dos discursos anteriores ele faz uma projeção que após seu governo o Brasil será uma prospecta potência nos anos 2000, por fim seu discurso dá a entender um período mais tolerante, a qual ele diz “sinto que podemos ter o mundo sem fronteiras ideológicas, onde cada povo respeite a forma dos outros povos viverem.” porém sabemos que não vai se desenvolver assim o seu governo.

No discurso do Dia do Trabalho de 1970 feito por Medici, com o título de ‘A verdadeira paz’. A qual ele diz falar sobre a justiça social, o primeiro ponto que chama atenção em seu discurso é o seguinte trecho “à vai longe o tempo em que a linguagem de falar ao trabalhador era a linguagem paternalista. Tudo se dava, tudo se prometia, sem se medirem as consequências”, ou seja, aqui voltamos a dois tópicos bastante presentes o primeiro a questão dos problemas econômicos enfrentados pelo Brasil serem a subversão e a má gestão dos governos anteriores ao golpe, o segundo tema já vem de maneira mais sublime, mas remete a questão do sacrifício do povo para um bem maior. Algo a se destacar que um dos fatores para o “milagre” econômico acontecer foi o arrocho salarial³⁷.

Por fim, este discurso também é marcado por falas a favor do sindicato que estavam nas mãos do governo e falas sobre o desenvolvimento da nação, seja em produção de medicamentos, alimentos e melhorias de vida do trabalhador, é uma maneira de tentar diminuir a oposição de trabalhadores do período.

Em 1971 no 7º aniversário do golpe, ele exalta a participação popular no golpe, fala das reformas institucionais feitas pelos atos e pela nova constituição de que elas foram necessárias para o desenvolvimento do país. Após exaltar as ações de Castello Branco e Costa e Silva, Medici afirma que o Brasil ainda não alcançou os desejos da revolução, ele destaca estes desejos

A Nação é testemunha do empenho! de meu governo, desde o seu primeiro dia, em dar prosseguimento a todas as medidas que visem à progressiva estabilização da moeda, à crescente expansão do produto nacional e à mais justa distribuição da renda, de forma a que o Brasil seja, afinal, um tecido homogêneo de homens e terras, e não mais o chão de todas as desigualdades. (MEDICI, Emilio Garrastazu. 1971. P:05)

³⁷ PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. **O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)**. In FERREIRA; DELGADO. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, 9ed Rio de Janeiro, 2019. P. 224, 225

Não há uma distribuição de renda melhorada no período, muito pelo contrário, ocorre uma concentração, mas ele pode passar essa sensação a população com seu discurso devido ao “milagre” econômico. Mesmo com o arrocho salarial ocorre uma diminuição da inflação, causando a sensação de melhora de vida, pela redução dos preços³⁸, ademais neste discurso Medici se volta bastante para as questões de desenvolvimento e uma rápida menção aos regimes socialistas que estes por sua vez seriam atrasados a dinâmica mundial, rígidos e seus dogmas e doutrinas se desdobram na crise ideológica que tentam por meio da violência implementar concepções que não podem mais impor por meio da qualidade da sua substancia, essa menção também serve como forma de atacar a oposição que era vista como comunista.

Em 1972 temos o Sesquicentenário da independência do Brasil, Medici faz um discurso breve, mas remonta alguns temas, primeiro faz uma ligação do passado com o presente, para chegar ao ponto da questão de sacrifício “O que fazemos agora e o que havemos ainda de fazer, nosso trabalho, nossos sacrifícios, influenciando nas gerações de hoje, influirão, ainda, com maior intensidade, nas gerações futuras.” sacrifício esse que inspiraria as gerações futuras. E que através desses sacrifícios chegaríamos a um país amadurecido.

Os anônimos construtores, assim foi denominado o discurso de 1973 no Dia do Trabalho por parte de Medici. Neste ele fala que seria a primeira vez falando em um clima de ordem e paz, que o Brasil está correndo para um desenvolvimento seguro e fim das desigualdades, ele exalta o sacrifício do povo brasileiro para que chegasse à ordem.

Por fim no último discurso de Medici, feito em 15 de março de 1974, o principal tema é o tom de despedida, entretanto, de missão cumprida a qual ele acredita ter deixado o país em excelentes condições que é um reflexo dos esforços militares, por fim ele saúda Ernesto Geisel como um bom administrador.

Com este último discurso encerramos neste capítulo os ditadores que seriam analisados. Como dito anteriormente, a principal proposta de análise de discurso aqui é o conceito de discurso utilizado por Michael Foucault; dito isso, podemos notar algumas contradições e semelhanças em temas abordados nas falas dos ditadores.

No processo que tange a institucionalização da ditadura, principalmente com Castello Branco podemos notar nos discursos e nos preâmbulos dos atos institucionais a exaltação da participação popular, como se fossem membros da revolução, já no final deste processo, podemos perceber que a população é menos exaltada no apoio aos militares e passa a ser uma

³⁸ Ibidem, P. 233, 234

figura de sacrifício, já com Costa e Silva e mais ainda em Medici, a questão ‘é preciso se sacrificar’ se torna comum. Um dos principais fatores que proporciona essa diferença é a necessidade de legitimar a ditadura, colocar os atos institucionais como um pedido da sociedade enquanto os coloca tão ‘revolucionários’ quanto os militares golpistas³⁹.

Sobre a questão do inimigo interno, nos discursos e preâmbulos temos algumas citações a oposição, sempre tratados como subversivos que querem de volta a corrupção, e querem o comunismo no Brasil. Sobre este ponto do comunismo, já era bem consolidado o anticomunismo neste período, tendo até diversas lendas a cerca deles, portanto era o inimigo perfeito a ser criado pelos militares. Os argumentos sobre o aumento da repressão são como uma ação necessária para melhorar o país e impedir que as condições anteriores ao golpe retornem.

Sobre as questões econômicas, até Costa e Silva elas eram tratadas como “estamos resolvendo” e seriam uma herança maldita dos governos anteriores, com Medici e o “milagre” econômico advindo de diversos fatores como o arrocho salarial, aumento da taxa de crédito ao setor privado, a ampliação de crédito para o setor agrícola a qual tinha por objetivo aumentar as exportações e a quantidade de produtos no mercado interno, o aumento do investimento externo; o que era visto como problemas passam a ser tratados como o primeiro passo para a potência⁴⁰. Por fim, principalmente com Medici, a visão de um Brasil futurista e potência, está atrelada e é intensificada pelo “milagre” econômico e mais ainda com a vitória do Brasil na copa da década de 70⁴¹ que se torna outra propaganda perfeita para o governo, contudo os problemas que vem com o “milagre” econômico só aparecem com Geisel o colocando entre a estabilidade e o desenvolvimento.

A principal contradição nos discursos dos ditadores, é referente a mudança das instituições, inicialmente no AI-1 temos uma ideia de aumento do poder presidencial e não mudança da constituição, inclusive é o argumento central para a outorgação do ato, entretanto posteriormente no AI-2,3 e 4 temos mudanças constitucionais e a formação de uma nova constituição, eles tratam como um mal necessário, subvertendo a ideia de democracia.

³⁹ ALVES. Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Maria Helena Moreira Alves, Bauru, SP: EDUSC, 2005. P. 10

⁴⁰ PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. **O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)**. In FERREIRA; DELGADO. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, 9ed Rio de Janeiro, 2019. P. 217 a 228

⁴¹ CORDEIRO, Janaína Martins. **Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 22, 2009. p86

A questão democrática, com Castello Branco é argumentado por ele pretender devolver o Estado aos civis, já na próxima eleição com votação direta, entretanto alguns meses depois seu discurso muda e ele diz que o cenário estaria favorável para se manter mais tempo no poder para “concluir a missão que lhe foi dada”, este argumento de missão dada é muito comum nos três ditadores analisados; os ditadores posteriores a Castello Branco também mencionam a questão democrática mas afirmando que o país ainda não está pronto para voltar à democracia sem os militares. Um exemplo dessa argumentação é o discurso de Costa e Silva em 15 de março de 1969, a qual ele fala dos movimentos opositores e que a intenção deles é colocar outro regime no lugar da ditadura (Costa e Silva afirma não ser o Brasil uma ditadura) e que eles trariam a subversão e corrupção novamente.

A ditadura militar brasileira segue a doutrina de segurança nacional, a qual foi ensinada pelos militares dos EUA na escola superior de guerra e tem como intuito acabar com o inimigo interno (na época os comunistas), e por esse motivo ela é marcada pelo Estado autoritário ou Estado de exceção (exceção aqui se caracteriza como exceção ao direito garantido pela constituição)⁴², além de neutralizar o inimigo interno seu objetivo era manter o Estado forte e com alguma ordem social. A doutrina seguia o conceito de ditadura soberana, a qual ela teria um ‘caráter revolucionário’ e este legitimaria o seu poder o tendo suficiente para eliminar os fatores adversos; tendo a usurpação do poder e seu controle. Visam desmoralizar os inimigos, fazendo cooperar com o Estado (delatar) aceitar suas políticas e criar o silêncio ⁴³.

Por fim, o discurso militar se transforma conforme sua necessidade, no primeiro instante exaltando a participação popular e em outro momento lançando a necessidade de sacrifício por parte da população, e visto nos discursos dos ditadores seguem a linha de uma revolução como dito anteriormente para se legitimar o poder, e que ao fim deste processo eles restaurariam a democracia, fica claro tanto nos discursos presidenciais como em discursos da imprensa que o Brasil não era um Estado democrático, entretanto ele chegaria lá após a derrota do inimigo interno e o fim dos problemas sociais.⁴⁴ Os temas mais presentes nos discursos neste primeiro momento são a caracterização do golpe como revolução, a participação popular e seu sacrifício, as questões econômicas e sociais; o inimigo interno, a restauração da moral e ética; os avanços tecnológicos, Brasil como uma futura potência e o fim da subversão.

⁴² ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Maria Helena Moreira Alves, Bauru, SP: EDUSC, 2005. P. 07, 08

⁴³ BORGES, Nilson. **A doutrina de segurança nacional e os governos militares**. In FERREIRA; DELGADO. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, 9ed Rio de Janeiro, 2019. P. 25, 26, 27 e 28

⁴⁴ VASCONCELOS, C. B. de. **O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968)**, Florianópolis, 2019. P. 391, 392

Capítulo II: crise econômica, abertura e lembrança

2.1 Crise econômica e abertura política

Neste capítulo analisarei os discursos dos últimos dois ditadores do período, Ernesto Geisel e João Figueiredo. E ao final do capítulo verificar se no período que tange entre os anos 2000-2010, existem notícias, entrevistas que se remetem ao período ditatorial de maneira positiva e como eles afetam a memória social sobre ele.

Ernesto Geisel é nosso penúltimo ditador da ditadura militar, é conhecido por iniciar o processo de abertura política da ditadura. Mesmo com a alcunha de iniciar o processo de abertura política ele utiliza os atos institucionais, mais especificamente o AI-5 para fechar o congresso, após a reforma do judiciário não passar, por conta dos votos da oposição. Geisel, com o fechamento do congresso, anuncia o que ficou conhecido como “pacote de abril” que foi composto por uma emenda constitucional e seis decretos; o principal objetivo deste pacote era dar o controle do legislativo ao partido do ARENA, com argumentação de fazer uma abertura lenta, gradual e segura, mas foi apenas um pretexto para a manutenção da ditadura.⁴⁵ . Geisel nasceu em 03 de agosto de 1907 e morreu em 12 de setembro de 1996, ele teve papel de destaque no movimento de deposição de João Goulart, e assumiu a chefia do gabinete militar do presidente Castelo Branco. Em 1966, foi promovido a general. Em março de 1967, tornou-se ministro do Superior Tribunal Militar e, entre 1969 e 1973, foi presidente da Petrobrás⁴⁶.

O primeiro discurso dirigido ao público por Geisel, no que tange a presidência do Brasil, ocorre após a decisão do colégio eleitoral (15 de janeiro de 1974); neste ele exalta o método eleitoral de forma indireta assegurado pela nova constituição e que teria sido escolhido pelos representantes do povo. Seu discurso se desenvolve falando sobre integridade, pelo amor à pátria e por Deus, até chegarmos neste trecho.

“Dever não menor será, por outro lado, o de estar aberto a quaisquer pleitos, sugestões ou críticas construtivas, todas merecedoras de acolhida, para exame imparcial e sereno da verdade que contenham.”

Assim como os ditadores anteriores, Geisel se refere a seu governo como um tolerante às críticas e à oposição, após esse trecho ele exalta o golpe de 64 e o governo de Medici, para a chegada de um Brasil com paz e justiça social. Por fim, outro trecho deste discurso que quero destacar em análise é referente à oposição e ao povo brasileiro de maneira geral. “Não temo

⁴⁵ PAGANINE, Joseana. **Há 40 anos ditadura impunha pacote de abril e adiava abertura política**. Senado notícias, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/31/ha-40-anos-ditadura-impunha-pacote-de-abril-e-adiava-abertura-politica> acesso em: 07 jul.2023

⁴⁶ Ernesto Geisel. memória da ditadura disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/geisel/> acesso: 15 de abr. 2023

que a desejada eficiência a alcançar pelo meu Governo, contando com a participação vigilante da grande maioria dos brasileiros, possam-na prejudicar reduzidas minorias de descrentes ou apáticos, derrotistas, subversivos ou corruptos.’’

Aqui ele transporta a ideia do povo como vigilante não apenas de si, mas também dos “inimigos da nação”, o que nos remonta novamente a questão do inimigo interno⁴⁷, não apenas isso, mas enquanto ele ataca a oposição coloca o seu governo como eficiente, lembremos que uma das maneiras de legitimar a ditadura após o momento de institucionalização e com a repressão o principal argumento para se manter a ditadura era a eficiência do governo⁴⁸.

Em 09 de outubro de 1975, temos um discurso de Geisel sobre a situação econômica do país, inicialmente ele fala da crise de energia e da crise do petróleo que se desenvolve por causa da Guerra do Yom Kippur, de outubro de 1973, que trouxe consigo o bloqueio petrolífero. Essa crise será intensificada após a guerra Irã-Iraque (1980-1988)⁴⁹.

O déficit em conta-corrente dos países subdesenvolvidos que, de 1973 para 1974, aumentou de 9 para 27 bilhões de dólares, chegará, este ano, à casa dos 36 bilhões de dólares. Conseqüência inevitável, ainda que tal déficit seja coberto pelas fontes normais de financiamento, será o substancial aumento geral da dívida externa, tornando insuportáveis as cargas dos juros e amortizações contratuais. (...) O programa que se espera realizar em 76, mesmo com as restrições apontadas, ainda deverá permitir ao Brasil uma razoável taxa de crescimento. É intenção, pois, do Governo evitar, com todo o esforço necessário, que a estagnação em certas regiões do mundo se propague ao Brasil. (GEISEL, Ernesto. 1975. P:07)

Em contrapartida ele diz que o Brasil tem se saído bem com a crise evitando a recessão e estagnação. Seu discurso vai se desenvolvendo fazendo margem para um Brasil futurista a qual vai continuar se desenvolvendo em meio à crise econômica mundial, parte desse desenvolvimento se daria pela gestão governamental e pelos sacrifícios populares que se manteriam realistas e não se excedendo a extremos.

Ao fim do ano de 1976, temos sua saudação ao povo brasileiro. A qual já se inicia em projeções de um Brasil futurista “a fim de lhes trazer a palavra amiga de cordialidade, de confiança no futuro e de fé nos destinos desta Pátria que estamos todos a construir’’ no decorrer do discurso a crise econômica torna-se o principal tema como um desafio que será superado.

Iniciar-se-ia o ano de 1976 com uma nota de otimismo bem dosado. Seria, sem dúvida, «um ano difícil também». Mas proclamava-se que teríamos «todas as condições para

⁴⁷ BORGES, Nilson. **A doutrina de segurança nacional e os governos militares**. In FERREIRA; DELGADO. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, 9ed Rio de Janeiro, 2019. P. 29

⁴⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Maria Helena Moreira Alves, Bauru, SP: EDUSC, 2005. P. 10

BORGES, Nilson. **A doutrina de segurança nacional e os governos militares**. In FERREIRA; DELGADO. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, 9ed Rio de Janeiro, 2019. P. 22

VASCONCELOS, C. B. de. **O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968)**, Florianópolis, 2019. P. 368

⁴⁹ TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política (1974-1985)**. In: Ferreira, Jorge; Neves Delgado, Lucília de Almeida Neves. (Org.). O Brasil Republicano. 9 ed. Rio de Janeiro, 2019. P. 252, 253

enfrentar as dificuldades e, a despeito delas, alcançar ainda significativa marca de crescimento da economia. (GEISEL, Ernesto. 1976. P:08)

Por conta da crise do petróleo, Geisel pede ao povo brasileiro que economize gasolina,

Quanto à racionalização do uso de combustíveis, impedindo-se de toda forma o desperdício. (...). Estou certo de que, compreensivo, o povo brasileiro entenderá a necessidade das medidas que forem adotadas, rigorosas e incômodas que sejam, e prestará todo o seu apoio a um Governo que timbra em não pedir sacrifícios desnecessários, nem impor ônus que desatenda à equidade e à justiça social. (GEISEL, Ernesto. 1976. P:11)

Seu discurso é finalizado com uma projeção otimista ao futuro com paz, justiça social e qualidade de vida como destaque.

Que me ajude Deus e me apoiem os brasileiros de boa fé para que possa traduzir, em concretas realidades, grande parcela do que ao Governo parece sejam as justas aspirações de nosso povo, em termos de superior qualidade de vida, maior justiça social e melhor segurança. Tais os votos que faço a todos os brasileiros, desejando-lhes que 1977, apesar das dificuldades que nunca me permitiria esconder ou conscientemente subestimar, venha a ser mais uma etapa positiva nessa marcha incessante para um futuro melhor — nosso, de nossos descendentes e de nossa Pátria. (GEISEL, Ernesto. 1976. P:15)

Já no ano de 1977 e saudações ao povo brasileiro para 1978, Geisel tem em seu discurso os temas centrais são a economia no que se refere a transformação de bens importados para exportados, a diminuição do déficit na balança comercial, mas desta vez ele cita a dívida externa como crescente e inevitável. “O aumento acelerado das exportações não reequilibrou apenas nosso balanço comercial. Viabilizou, também, a nossa dívida externa, inevitavelmente crescente durante esta quadra, mas expandindo-se em ritmo cada vez menor.”

Logo, pela primeira vez é citada em discurso público a dívida externa brasileira criada pelo “milagre” econômico que começou no governo Medici, neste momento a dívida externa formada pelo aumento do investimento externo, não é visto como algo maligno, pois seria um mal necessário para o desenvolvimento do Brasil, entretanto, enquanto em 1973 a dívida era de 12 bilhões de dólares, em 78 seria mais que triplo desse valor⁵⁰.

O penúltimo discurso de Geisel que pretendo analisar é do ano de 1978 no dia 29 de dezembro. O ponto central novamente é o econômico, a qual ele ressalta os pontos positivos economicamente de seu governo em relação a outros países do mundo que têm sofrido mais com a crise econômica mundial, desta vez ele destaca as relações internacionais:

A ação exercida pelo Itamarati no exterior? foi muito dinâmica, tanto nas organizações que integramos, quanto no quadro das relações bilaterais com numerosos países. Empenhamo-nos em promover a paz, a harmonia e a cooperação internacionais, de acordo com nossa tradição, sem prejuízo sempre da justa defesa dos legítimos interesses nacionais. Recebemos as visitas amigas dos Presidentes dos Estados Unidos da América, de Portugal, França e Paraguai e do Príncipe Herdeiro do Japão, e, de

⁵⁰ PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. **O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)**. In FERREIRA; DELGADO. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, 9ed Rio de Janeiro, 2019. P. 227, 228

nosso lado, em retribuição devida, estivemos no México, Uruguai e na República Federativa da Alemanha. (GEISEL, Ernesto. 1978. P: 03,04)

Outro tema que aparece é a questão da concentração de renda, pela primeira vez citada em discursos públicos por parte dos ditadores, isso ocorre porque o presidente do Banco Mundial Robert McNamara, critica a distribuição de renda do Brasil publicamente em 1972, fazendo esta discussão sair apenas do ramo acadêmico ir em direção ao social. Se tornando um problema que deve ser falado pelos ditadores⁵¹.

Importante é ressaltar que, contrariamente aos que acusam o modelo brasileiro de concentrador de rendas, há suficiente evidência de que, nos anos mais recentes, o desenvolvimento beneficiou todas as camadas, mas sobretudo as mais pobres. Assim, as «Pesquisas Nacionais de Amostragem Domiciliares» mostram que, entre 1972 e 1976, enquanto a renda média real dos 10% mais ricos crescia de 13,8%, a dos 10% mais pobres aumentava de 45.9%. (GEISEL, Ernesto. 1978. P:07)

Apesar das declarações do ditador sobre a questão da distribuição de renda, elas se mostram falsas. Na década de 70 houve um aumento da desigualdade. Os 10% mais ricos obtinham 46,7% da renda total, enquanto os 60% mais pobres possuíam 20,9%. A renda média de toda a população cresceu em termos reais de 32,4%, embora demonstrando uma disparidade entre a renda dos mais pobres e a dos mais ricos de 13,4 vezes⁵²

Outro ponto e tema importante neste discurso é o anúncio da revogação dos atos institucionais, junto à abolição da pena de morte, prisões perpetuas e banimentos.

Na área política, o Governo promoveu, através de Emenda Constitucional aprovada pelo Congresso, entre outras medidas para o restabelecimento de prerrogativas dos legisladores, a revogação dos Atos Institucionais que vigoravam desde dezembro de 1968.... Em consequência, foram também abolidas as penas de morte, de prisão perpétua e o banimento. Outras penalidades, estabelecidas na Lei de Segurança Nacional, consideradas excessivas, foram substancialmente reduzidas. (GEISEL, Ernesto. 1978. P:07)

Por fim seu discurso termina com uma projeção otimista ao futuro e exaltação a ditadura, como ensinadores do povo brasileiro a terem maior consciência política, que proporcionou o projeto de abertura a qual estava sendo feita. O projeto de abertura foi formulado por Golbery de Couto e Silva, que elaborou o passo a passo desse processo, seguido por Geisel e Figueiredo; sendo o primeiro dele a negociação com a oposição sobre o processo de anistia⁵³.

Por fim o último discurso de Ernesto Geisel é em 15 de março de 1979 na posse de Figueiredo. Este inicia com uma exaltação a Figueiredo, e continua com uma ideia de que seu dever estava cumprido como governante da nação; por fim, exalta todos os setores do governo e os militares.

⁵¹ Ibidem, p. 230,231

⁵² GOTO, Fabio; BUCHALA, Luciana; JUNQUEIRA, Luis e MONDE, Marcela Del. **Uma exposição sobre a concentração de renda no Brasil**, UNICAMP. 2000. P: 05

⁵³ ALVES. Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Maria Helena Moreira Alves, Bauru, SP: EDUSC, 2005. P. 12, 13

João Baptista de Oliveira Figueiredo, mais conhecido como João Figueiredo é o último ditador do período. Ele nasceu em 15 de janeiro de 1918 e faleceu em 24 de dezembro de 1999. Figueiredo ingressou na carreira política ao ser nomeado secretário geral do Conselho de Segurança Nacional do governo de Jânio Quadros. Participou do golpe militar de 1964 e, em seguida, passou a chefiar o Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro. Entre 1966 e 1967, comandou a Força Pública de São Paulo e, depois, o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas. Ainda em 1969, foi chefe do Estado-maior do 3º Exército⁵⁴, assumindo o governo em 15 de março de 1979.

Em seu discurso ao receber a faixa presidencial; começa exaltando o governo anterior de Geisel a qual ele foi ministro chefe do SNI no desenrolar do discurso Figueiredo reverencia os demais líderes de Estado que estavam em sua posse, falando da diplomacia brasileira; “Senhoras e Senhores: de regresso a seus países, a todos peço transmitir a seus governos a afirmação de que o Brasil será sempre um interlocutor amistoso, um parceiro leal”. Por fim, seu discurso de posse termina com exaltação dos ditadores anteriores e termina com uma projeção otimista ao futuro com o retorno da democracia incluso como tema.

Em 31 de março de 1980 João Figueiredo discursa para a nação no 16º aniversário do golpe de 64. Ele inicia discursando sobre como os militares “pararam” as forças subversivas que pretendiam acabar com as entidades da política tradicional brasileira, de maneira que ele se coloca na posição de estar cumprindo uma missão dada pelo povo.

No dia de hoje, há 16 anos, coube às Forças Armadas nacionais a missão histórica de deter o curso da política mais contrária às aspirações do nosso povo jamais instalado entre nós. À família brasileira reagia com resolução e ânimo à iminente destruição das nossas instituições políticas tradicionais (FIGUEIREDO, João Baptista. 1980. P:01)

Ainda mais a frente o golpe é posto como uma prática advinda da união popular com as forças armadas, e em seu primeiro momento realmente foi visto que uma parcela da população apoiou os militares no golpe de 1964. Ainda neste discurso, Figueiredo põe a ditadura como uma democracia não um Estado autoritário:

Isso não teria importância em regimes totalitários. Neles mudam-se os anais, ou altera-se a própria história. Nesta nossa Revolução, vem de dentro dela mesma a determinação de reformar. E sempre, e tão prontamente quanto possível, de reverter aos ideais de propor, defender e sustentar a democracia, como forma de organização política do Estado. (FIGUEIREDO, João Baptista. 1980. P: 05)

Por fim, faz uma projeção boa do futuro, coloca que os “métodos revolucionários” estarão menos presentes, mas suas ideias estão no povo o que caracterizaria um novo tempo como

⁵⁴ João Baptista Figueiredo, memória da ditadura disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/joao-figueiredo/> acesso em 15 de abr.2023

Biografia. Biblioteca presidência da república, disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/biografia> acesso em: 06 de jul. De 2023

colocado por Medici em um de seus discursos; outro fator que é imposto no discurso é a questão econômica de que mesmo com problemas o país está se desenvolvendo e seria graças aos esforços da “revolução”.

No discurso do final do ano de 1981 de Figueiredo, ele inicia agradecendo o apoio a seu retorno após problemas de saúde que o afastaram por dois meses. Após os agradecimentos Figueiredo fala sobre a oposição a seu governo, dizendo que não poderia agradar a todos, e que para conseguir governar precisa do apoio dos governados.

Cumprir observar, ainda, que a solução dos problemas humanos, na órbita administrativa, não é obra que possa ser levada a cabo apenas pelo Governo. Quando se diz que ninguém governa só, não se afirmar unicamente que o Chefe da Nação precisa de quem o auxilie na condução dos negócios públicos. Afirma-se, também, que o governante precisa contar com a cooperação eficaz dos governados. Cabe, pois, a cada um, não só abster-se de toda ação contrária à ordem pública, como também contribuir, na medida da sua capacidade, para que os objetivos comuns, da sociedade e do Governo, sejam alcançados. (FIGUEIREDO, João Baptista. 1981. P:04)

Ele então termina o discurso, com a projeção positiva ao futuro e que ela seria formada pelas convicções morais do povo brasileiro. Este discurso ao mesmo tempo que ataca a oposição pede união para as decisões governamentais, importante ressaltar que com o fim dos atos institucionais, a oposição se torna mais livre na imprensa.

Já em 1982 no discurso do Dia do Trabalho, João Figueiredo inicia com o tema de proteção ao trabalho no que tange os direitos dos trabalhadores a qual eles são mais protegidos neste período do que em qualquer outra época da história brasileira. No trecho a seguir ele destrincha sobre o avanço salarial dos trabalhadores e a questão de distribuição de renda aparece novamente.

Não importa aos trabalhadores apenas o salário. Importam, ainda, outras prestações de caráter social — alimentação, moradia, saúde, aposentadoria e pensão. O salário, que pressupõe o emprego, é, todavia, o centro de gravidade do seu interesse. Vela o Governo, por isso, com especial energia, pela justiça salarial, por meio de sucessivos reajustamentos, o salário é mantido em nível que resguarde o poder aquisitivo do trabalhador. Amparam-se os que se acham no plano mais modesto de remuneração. Efetuam-se, por essa forma, necessária e significativa distribuição de renda. (FIGUEIREDO. João Baptista. 1982. P: 02)

Um pouco mais adiante neste discurso aparece o tema das crises gerais “estamos como que num oceano de crises, que não são só nossas, mas universais. Crise moral, crise das concepções do mundo, crise das ideologias, crise política, crise científica, crise da família, crise urbana, crise rural, crise de certezas, tradicionais ou modernas.” sobre esta questão Figueiredo argumenta que em nada elas influenciam no processo de abertura política, e que este processo seria da vontade dos “revolucionários” que levariam a uma democracia liberal. Este conceito de democracia liberal é algo que se contradiz com as ideias dos militares golpistas de 64, pois

além do anticomunismo ela está intrínseca ao antiliberalismo, inclusive nos discursos de Castello Branco não apenas o anticomunismo está presente, mas o antiliberalismo também⁵⁵

Ao final do discurso do Dia do Trabalho, ele ataca a oposição a seu governo que ainda é posta como comunista e de extrema esquerda, portanto, ainda nos finais da ditadura se mantém a ideia de inimigo interno da nação.

Governantes e Governados, somos todos responsáveis pelo destino do País. O futuro da Nação não pode ficar entregue à trama dos radicais de esquerda e de seus comparsas, ao patrulhamento ideológico instigado por ambições estranhas ao que é autenticamente brasileiro. (FIGUEIREDO, João Baptista 1982. P:06)

No discurso de final do ano de 1983 realizado no dia 29 de dezembro, os seguintes temas são presentes: o aumento da inflação, aumento da dívida externa, desastres climáticos e uma crítica ao movimento das diretas já (1983-1984), analisemos o trecho sobre as diretas já e o final do discurso

As articulações sucessórias se tornam cada vez mais intensas. A celeuma se levanta até quanto ao processo da eleição, se indireta ou direta. O debate esbarra, porém, na regra constitucional que prescreve a eleição do Presidente da República por via indireta. Nesta altura dos acontecimentos, quando o colégio eleitoral já está formalmente composto, impugnar a eleição indireta implica, no fundo, negar eficácia a ato jurídico e político perfeitamente constituído. Ademais, nesse processo de escolha do Presidente da República é de irrecusável legitimidade. Além de ineficaz — pois não existe lastro no Congresso Nacional para reforma, neste ponto da Constituição — a campanha pela eleição direta reveste, agora, caráter meramente perturbador. (...) O povo brasileiro quer entendimento, quer paz, quer ordem, quer segurança, quer trabalho, quer recuperação econômica, quer democracia, quer sinceridade política, quer solidariedade, quer melhor nível de vida, quer justiça social. Sonha com um 84 em que essas aspirações constituam idéias-força que operem efetiva e concretamente na vida real. (FIGUEIREDO, João Baptista. 1983 p:05)

Portanto, ele põe os anseios pela eleição direta como algo anti-institucional, ao final do discurso Figueiredo finaliza falando de desejos da população e que elas se tornem força para um Brasil melhor e com evolução real, um fator importante sobre esse discurso, diferente dos anteriores que vêm com uma visão atual otimista e uma projeção mais otimista ainda, este por sua vez se caracteriza quase como um discurso pessimista sobre o momento do país e finaliza com uma projeção de incerteza sobre a realização desses objetivos.

O último discurso de João Figueiredo ocorre em 28 de dezembro de 1984, ao qual ele inicialmente aborda a questão da recessão internacional, sobre as questões sociais que não foram cumpridas, uma projeção otimista ao futuro, sobre a próxima sucessão. Destaco o seguinte trecho deste discurso:

A serviço dos valores democráticos, conduzimos o processo político com espírito de compreensão e de transigência, que contribuiu para que a equação sucessória se estabelecesse sem pressões ou turbulências. A transferência do poder, em momento crítico da nossa história política, se realizará, desta sorte, democraticamente. O ideal, que nos movia, era o entendimento no seio das correntes partidárias, quando não o

⁵⁵ antiliberalismo aqui tem foco no neoliberalismo, os militares golpistas de 64 eram contra as ideias neoliberais e contra as ideias comunistas.

consenso entre todas elas. A perfeição, que se almejava, não foi obtida. Conseguiu-se, contudo, criar atmosfera que favorece a cooperação no sistema de poder, que se vier a formar, de todas as tendências ou organizações partidárias. (FIGUEIREDO, João Baptista. 1984. P:04)

Aqui temos alguns temas interessantes, como o anúncio da posse do poder por civis e sutilmente o anúncio do fracasso da ditadura quando ele diz “a perfeição que se almejava não foi obtida”; um dos principais argumentos dos ditadores era alcançar a perfeição do Estado para devolver aos civis, o que ele mesmo diz não ter alcançado.

Por fim, finalizamos os discursos de todos os ditadores, no caso de Ernesto Geisel e João Figueiredo, seus discursos têm algumas diferenças dos demais, a questão econômica passa a ser um ponto central em seus discursos, isso ocorre pelo fim do “milagre” econômico, ainda nas questões econômicas aparece o tema da concentração de renda a qual havia se tornado palco de discussão após as declarações de Robert McNamara, a qual levou o tema a público passando a não ser mais algo omitido da população, como dito anteriormente. Todavia os ditadores colocam esta questão como algo irreal.

A abertura política passa a ser tema com Geisel, sobre este tema temos algumas diferenças de narrativas, de acordo com Teixeira, a primeira baseia-se em que os militares fizeram a abertura política por pressão popular e política; a segunda, formada pelos militares e seus apoiadores diz que era algo planejado e a oposição atrasou esse projeto⁵⁶. Nos discursos dos ditadores, por exemplo o feito por Figueiredo, em 29 de dezembro de 1983, os ditadores dão a entender que estão conduzindo o processo de abertura, como se houvessem um plano, mas devemos nos ater ao fato do processo total de abertura política das ações dos militares terem sido escritas por Golbery, o principal pensador dos militares e formulador do plano de segurança nacional⁵⁷. Outra mudança no discurso é a projeção para o futuro com Medici e Geisel, isso é bem frequente de maneira otimista, mas com Figueiredo passa a diminuir o otimismo sobre este tópico.

2.2 Reconstruindo memórias

Após análise dos discursos dos ditadores passo a pesquisa para análise de notícias que são do período entre os anos 2000 até 2010, que remetem a lembranças da ditadura, sejam de participantes ativos dela, como José Sarney, ou de pessoas que tentam reconstruir a memória sobre o período e como ela se reconstrói nestas versões, de maneira positiva? Negativa? Qual

⁵⁶ TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política (1974-1985)**. In: Ferreira, Jorge; Neves Delgado, Lucília de Almeida Neves. (Org.). O Brasil Republicano. 9ed Rio de Janeiro, 2019. P. 256 a 262

⁵⁷ ALVES Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Maria Helena Moreira Alves, Bauru, SP: EDUSC, 2005. P. 12

a nova perspectiva e o foco que querem dar para a memória da ditadura? Decidi optar por utilizar o Jornal do Brasil que foi um dos principais jornais a apoiarem a ditadura⁵⁸.

No dia 31 de março de 2001, uma notícia no Jornal do Brasil fala sobre o general Luiz Cesário da Silveira negar acesso aos documentos sobre a guerrilha do Araguaia (1972-1974) ao cineasta Ronaldo Duque. A principal argumentação para a não entrega de documentos por parte do general é por ser uma história recente e que a obra afetaria a vida de pessoas ainda vivas. Outra argumentação utilizada foi a lei de anistia que de acordo com o general: “teve como objetivo maior a reconciliação dos brasileiros e o perdão a todo e qualquer cidadão envolvidos nos diversos conflitos antes daquela data.” Por fim, o general enaltece o movimento de 64 a chamando de “revolução vitoriosa”. (Silveira, Luiz Cesário.2001. P:06)

Nesta primeira notícia, podemos perceber uma tentativa de controle da narrativa sobre o período, baseada em duas argumentações: a primeira de ser uma história recente e a segunda por enaltecer o golpe de 1964. É comum a tentativa de controle da narrativa sobre a ditadura, tanto pelos militares quanto pelas esquerdas, e em história como diz o autor Marcos Napolitano⁵⁹ a historiografia sobre essa época tem passado por 04 fases identificadas até o momento, a qual o autor descreveu o revisionismo de 2001 como fraco e tímido, vindo principalmente de alguns autores e não de instituições (2015. P:25, 26)

Ainda no Jornal do Brasil, no ano de 2003 no dia 31 de março na parte de “outras opiniões” temos um artigo feito pelo jornalista Aristóteles Drummond, sobre a “revolução” de 64. Neste artigo o autor pede uma releitura do período, para que se deixe de lado as questões de tortura e prisões arbitrárias, para que passemos a focar nos avanços durante a ditadura.

A revolução de 64, que hoje completa 39 anos, precisa ser mais conhecida e avaliada por aspectos outros que não ligados a luta armada e a repressão. (...) O que deve ser avaliado é o salto de modernidade, complementar ao impulso iniciado no governo JK, que efetivamente tornou o Brasil um país economicamente viável. (DRUMMOND, Aristóteles. 2003. P: A13)

Ainda no artigo Drummond exalta a ditadura militar como ética e moral, a qual trouxe diversos avanços no campo social e que os cidadãos têm uma dívida com os militares pois muito se deveria a eles pelas suas estratégias e planejamentos. Assim como a notícia anterior, temos como principal tema uma tentativa de reformulação da lembrança sobre a ditadura, entretanto neste artigo temos essa iniciativa partindo de um jornalista, enquanto anteriormente temos de um militar tentando reconstruir essa memória; sobre os militares, quando eles se remontam ao

⁵⁸ VASCONCELOS, C. B. de. **O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968)**. Florianópolis, 2019. P. 385

⁵⁹ **Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro**. Londrina, 2015. P. 10, 11, 12 e 13

período da ditadura, eles tendem a caracterizar que o golpe foi realizado por grupos e não pela instituição⁶⁰.

Em 2004 temos uma entrevista de José Sarney ao Jornal do Brasil no dia 26 de março; com objetivo de reconstruir a memória sobre o período. Antes de analisá-la, sobre José Sarney ele nasceu em 24 de abril de 1930 hoje tem 93 anos. Foi o primeiro presidente civil, devido a morte de Tancredo Neves de quem ele era vice⁶¹, alguns historiadores como Daniel Aarão Reis Filho não consideram sua posse como fim da ditadura, pois consideram Sarney como um homem do sistema já que o mesmo foi presidente do partido ARENA, colocam como data o ano de 1988 ao invés de 1985, pois consideram promulgação da nova constituição como marco histórico para o fim do período ditatorial⁶².

Em sua entrevista, Sarney coloca Castello Branco como o candidato dos civis, o pondo na posição de frear a linha dura “Se não fosse o presidente Castello Branco que freou os ânimos e impôs sua autoridade o movimento teria descambado para uma quartelada.” Mais ao final da entrevista Sarney fala do apoio popular e da imprensa ao golpe de 64 e conclui que ela foi a última revolução brasileira que agora a população tem outros problemas como a desigualdade e a economia.

Nesta entrevista o tema do golpe ser uma revolução é bastante presente e que ela foi concretizada pelos esforços de Castello Branco. Como citado anteriormente o ditador Castello Branco foi um dos principais responsáveis pela institucionalização da ditadura tendo até o fim de seu governo outorgado o AI-4, este por sua vez, formulava uma nova constituição propícia para o domínio dos ditadores e manutenção da ditadura.

Em 1 de outubro de 2006 temos outro artigo feito por Drummond intitulado “A festa da democracia”. Este se inicia falando sobre a corrupção e os casos de CPI como o do mensalão e dos correios, pedindo, portanto, reformulações legislativas. Ao final do discurso ele se volta para a repressão na época do Estado Novo e para a ditadura, de acordo com ele elas foram mais voltadas aos militantes que pegaram em armas “O Brasil tem uma tradição de paz interna, e mesmo nos momentos como Estado Novo e na revolução de 64, a repressão foi mais voltada para os que pegaram em armas”. (DRUMMOND, Aristóteles. 2006. P:D2). Como tema central desse artigo temos a corrupção, tema presente também na ditadura militar de 64, mas há uma

⁶⁰ BORGES, Nilson. **A doutrina de segurança nacional e os governos militares**. In FERREIRA; DELGADO. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, 9ed Rio de Janeiro, 2019. P. 34

⁶¹ José Sarney. Arquivo Nacional disponível em: <http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/111-jose-sarney> acesso em 06 de jul. 2023

⁶² REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. P126, 127

tentativa de reconstruir a memória sobre a repressão a qual ela teria atingido principalmente os militantes da luta armada.

Nestas notícias analisadas temos como principal tema algumas tentativas de reconstruir a memória sobre o período da ditadura, a disputa pela narrativa do golpe de 1964 e a ditadura após o golpe é bastante frequente, de acordo com Cordeiro, após o fim da ditadura a disputa sobre a memória e narrativa sobre o período fica entre os militares e as esquerdas, formam alguns esquecimentos sociais⁶³. Nestas notícias é comum o tema de corrupção, economia e aparece a questão da repressão.

É possível reconstruir a memória sobre um período tão marcante? O Brasil é visto tanto por sua própria sociedade, quanto por nações externas como uma sociedade sem memória social, mas de acordo com Daniel Aarão Reis Filho não é algo real, o povo brasileiro tem sim memória social e muitos movimentos populares surgem desta memória (2000, p:27, 28). Contudo, alguns temas passam a ser excluídos da memória, seja de uma maneira consciente ou inconsciente, semelhante à ideia construída por Foucault sobre os três principais sistemas de exclusão de discursos na sociedade⁶⁴, ou seja, se seguirmos esta linha de raciocínio a memória social também passa por processos de exclusão, não apenas selecionando o que deve ser lembrado e como deve ser recordado, mas também o que deve ser falado ou não.⁶⁵

Para chegarmos a uma resposta sobre se é possível reconstruir a memória social devemos ter em mente o conceito de memória reprodutiva e memória reconstitutiva e como funciona a construção da memória. A construção da memória é um complexo sistema de associação que em caso de novas informações e associações pode ocorrer uma falsa memória⁶⁶.

Sobre a memória reprodutiva é aquela que ocorre de maneira fiel a informação e de maneira precisa, enquanto a memória reconstitutiva tem no seu processo de formação a integração de informações novas dando origem a erros de diversos tipos.⁶⁷ Portanto, a memória reprodutiva ocorre sem a interferência de fatores externos, sejam novas informações ou novas associações, sendo quase sempre exata ao ocorrido, já as memórias reconstitutivas têm a ação de

⁶³ CORDEIRO, Janaína Martins. **Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 2009. P98 a 101

⁶⁴ Palavras interditas, partilha da loucura e a vontade da verdade, temas já abordados anteriormente. Aqui me refiro que estes sistemas presentes na sociedade afetam não só os discursos, mas a memória social e não são apenas estes sistemas que podem proporcionar esta exclusão. Ou seja, todas as ideias presentes em discursos passam pelos sistemas de exclusão descritos por Foucault, esses sistemas se baseiam nas vontades das elites e na busca da verdade da sociedade. A memória social também passa pelo mesmo processo, a sociedade seleciona quais memórias serão lembradas e como serão reconstruídas.

⁶⁵ CORDEIRO, Janaína Martins. **Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 2009. P101

⁶⁶ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo, companhia das letras. P.13

⁶⁷ OLIVEIRA, Helena Mendes, ALBUQUERQUE, Pedro B., & SARAIVA, Magda. **O Estudo das Falsas Memórias: Reflexão Histórica**. Braga, Portugal, 2018. P. 1767 disponível em: <https://www.scielo.br/j/tpsy/a/vkbwp5cdyOpYFrk6yLTMq3S/#> acesso em 15 abr. 2023

novas informações ou associações que leva o indivíduo a uma falsa memória, causando a sensação de "dejavu"⁶⁸.

Tendo isso em vista, é possível reconstruir uma memória falsa sobre um tempo, mas estamos falando de uma memória individual que pode ser falha, então como funciona a reconstrução da memória individual para a coletiva? A memória individual age junto a memória coletiva, estas memórias podem ser reinventadas e ressignificadas de acordo com as mudanças sociais e os interesses da sociedade⁶⁹. Estas memórias são remontadas a partir de documentos escritos em sociedades sem escrita a ressignificação vem a partir de mitos que remontam histórias⁷⁰. A lembrança individual é retomada pelo indivíduo através de seu coletivo, ou seja, ele reconstrói sua memória a partir do grupo a qual ele pertence⁷¹.

Portanto, a memória coletiva é mutável de acordo com as mudanças sociais na sociedade e os interesses de sua elite, pois o indivíduo reconstrói a sua memória individual através de associações e do grupo a qual ele pertence. Esta memória é reconstruída através de novos significados que podem vir pela escrita, fala ou imagens. No período que estamos analisando foi muito comum a formação de símbolos pró-ditadura, e hoje ainda é comum ver pessoas reproduzindo esses símbolos⁷².

Por fim, com Geisel, a economia passa a ser um tema central em seus discursos e se mantém nos discursos de Figueiredo, contudo, enquanto Geisel consegue camuflar, ou amenizar o problema econômico brasileiro através de seus discursos, pelo fato do Brasil ainda não estar sofrendo com a crise econômica mundial tanto quanto outros países, Geisel faz projeções otimistas para o futuro, como se fossem certas de serem resolvidas e o país continuaria a progredir. Já com Figueiredo a crise econômica se intensifica, tanto pelo aumento da dívida externa, quanto pela crise do petróleo e a crise no aumento das taxas de juros mundial⁷³; suas projeções para o futuro deixam de ser certas e passam para a incerteza, como analisamos.

⁶⁸ GONDAR, Jô. **Memória individual, memória coletiva, memória social**. Rio de Janeiro, 2015. P: 04, 05

⁶⁹ SCHMIDT, M. L. S. **Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência**. psicologia USP, São Paulo, 1994. P. 287, 288.

⁷⁰ GONDAR, Jô. **Memória individual, memória coletiva, memória social**. Rio de Janeiro, 2015. P. 05, 06.

⁷¹ SCHMIDT, M. L. S. **Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência**. psicologia USP, São Paulo, 1994. P. 287, 289.

⁷² VASCONCELOS, C. B. de. **O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968)**. Florianópolis, 2019. P. 374, 375

⁷³ PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. **O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)**. In FERREIRA; DELGADO. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, Rio de Janeiro, 2019. P. 228, 229

Outro tema econômico que surge é sobre a concentração de renda, este não era um problema tratado publicamente pelos militares, já que não era uma discussão no meio social e sim uma discussão do meio acadêmica, porém a partir de 1972 com as declarações de Robert McNamara (presidente do Banco Mundial) sobre a concentração de renda no Brasil, essa discussão chega aos poucos no meio social, até se tornar um problema real para os ditadores, pois aumentava mais ainda as forças opositoras⁷⁴.

Sobre o processo de abertura que aparece nos discursos de Geisel e Figueiredo, este tema começa a aparecer com a revogação dos atos institucionais, se analisarmos a todo o momento os dois ditadores se colocam como portadores do controle total do processo de abertura, tanto que temos as falas do Figueiredo sobre o movimento das diretas já, como dito anteriormente ele põe estes pedidos como inconstitucional. Ou seja, eles se colocam na posição de que a abertura política que eles estão fazendo é por vontade da “revolução” não por pressões da oposição. Como mencionado, cada fase do processo de abertura foi escrita por Golbery, sendo a anistia dos militares atuantes na ditadura um dos principais objetivos a ser atingido⁷⁵. Esse é o principal foco de Figueiredo durante o seu governo⁷⁶. De acordo com Borges, durante todo o período ditatorial temos momentos mais opressores e outros mais volúveis a distinção política, sendo estas mudanças o mecanismo de manutenção da ditadura (2003. P: 23).

O tema do sacrifício pela nação se mantém nos discursos dos ditadores, porém ele se transforma sutilmente, enquanto inicialmente a ideia era de renúncia dos direitos para colocar o país nos “eixos” posteriormente passa a ser necessário se sacrificar mais ainda para o país continuar se desenvolvendo e que logo seria o país do futuro sem fronteiras para o desenvolvimento. Importante lembrarmos que esta mudança se inicia no governo de Medici⁷⁷

O último tema recorrente nos discursos de Geisel e Figueiredo é a oposição, ainda posta como extrema esquerda, os dois mantêm o ideal de inimigo interno, ainda com o intuito de deixar o país sempre em crise (Borges, Nilson. 2003, p: 30), porém com a crise econômica, este tópico não se torna algo central, no mais é utilizado como argumento para o lento processo de abertura.

Já no século XXI pós ditadura, temos algumas notícias, entrevistas e artigos no Jornal do Brasil a favor do período, seja de uma releitura mais otimista ao passado focado no

⁷⁴ Ibidem, P. 228, 229

⁷⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Maria Helena Moreira Alves, Bauru, SP: EDUSC, 2005. P. 12, 13 e 14

⁷⁶ TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política (1974-1985)**. In: Ferreira, Jorge; Neves Delgado, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano*. 09ed. Rio de Janeiro, 2019. P. 269

⁷⁷ CORDEIRO, Janaína Martins. **Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 2009. P: 86

desenvolvimento ou controle de narrativas, como no caso da notícia pedido de documentação da guerrilha de Araguaia. Estas disputas de narrativas podem alterar a memória social sobre a ditadura, dando novos significados e novas leituras a ela, pois a memória coletiva vive na tradição ⁷⁸ e a tradição, como abordado por Eric Hobsbawm em "A invenção das tradições", é mutável de acordo com os interesses e transformações da sociedade (2012. P: 10 a 13).

Sobre as tentativas de reconstruir a memória da ditadura, Drummond em seus dois artigos, tenta incitar uma nova perspectiva sobre a ditadura, para que nos voltemos a ela sobre aspectos positivos como a economia; entretanto como vimos anteriormente, o “milagre” econômico trouxe problemas para o Brasil pois aumentou a dívida externa e a desigualdade social. Sobre a repressão ser voltada principalmente aqueles que pegaram em armas, isso se mostra irreal, visto que existiram jornalistas como Vladimir Herzog preso, torturado e morto em uma cela do DOI-CODI⁷⁹; artistas como Gilberto Gil e Caetano Veloso que foram presos e/ou exilados durante o período⁸⁰, entre outros casos de intelectuais, estudantes, artistas e diversas camadas sociais que foram afetadas pela ditadura, através de prisões, torturas, exílio e assassinato.

Outro argumento é o do general Luiz Cesário Silveira, de que houve uma revolução. Como apontado no primeiro capítulo, na realidade sucederam-se uma sequência de golpes inicialmente colocando Castello Branco no poder e um segundo golpe impedindo Pedro Aleixo de assumir e pondo no poder Medici.

Sarney, em sua entrevista põe Castello Branco como candidato do povo, aquele que permitiu acontecer uma verdadeira revolução no Brasil, porém Castello Branco participou ativamente do golpe outorgando os atos institucionais que proporcionavam mecanismos de manutenção e controle da ditadura, como vimos anteriormente.

⁷⁸ SCHMIDT, M. L. S. **Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência**. psicologia USP, São Paulo, 1994. P:293

⁷⁹ CEDEM, assembleia de comunicação da UNESP. **Há 46 anos Vladimir Herzog era assassinado no DOI-CODI**. UNESP,2012. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/521/ha-46-anos-vladimir-herzog-era-assassinado-no-doi-codi/> acesso em: 07 jul. 2023

⁸⁰ RODRIGUES, Robson G. Caetano Veloso e outros artistas lembram período de exílio há 50 anos. Correio Braziliense,2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/03/17/interna_diversao_arte.743311/artistas-exilados-ha-50-anos.shtml acesso em: 07 jul. 2023

Conclusão

A ditadura militar brasileira de 1964 se baseia na doutrina de segurança nacional, ensinada pelos militares dos EUA para combater o inimigo interno e externo, no contexto da guerra fria eram os comunistas; o principal pensador desta doutrina no Brasil foi o general Golbery de Couto e Silva a qual formulou o plano de segurança nacional e o passo a passo do processo de abertura política.⁸¹ O conceito de Estado utilizado pelos militares golpistas é o do Estado autoritário e Estado de exceção, logo, ele limita os direitos dos cidadãos e de maneira autoritária determina prisões, torturas e exílios⁸². Outro ponto que caracteriza a ditadura é o conceito de legitimação do poder a qual eles se colocam como revolucionários e o poder iria se autolegitimar, contudo, apenas a ideia de revolução não era suficiente e acabaram por utilizar os atos institucionais para formar uma imagem mais legal da ditadura⁸³

A ditadura militar brasileira mantém uma aparência legal, alguns historiadores como Nilson Borges a divide em três fases, a primeira de institucionalização com Castelo Branco e Costa e Silva, que vai até a outorgação do AI-5, a segunda fase é da repressão com Medici e a terceira de abertura política com Geisel e João Figueiredo⁸⁴.

Sobre a repressão, ela acontece durante todo o período, através de prisões arbitrárias, tortura, exílio, censura, entre outros. Em certos momentos ela se intensifica e em outros é menor, sendo posta como um mecanismo da ditadura não apenas para eliminar a oposição, mas também para desmobilizar a sociedade. Como prerrogativa era usado o inimigo interno criando a ilusão de crise, de ataque comunista, mantendo o Estado sempre em instabilidade⁸⁵

Em relação à economia, ao fim do governo Costa e Silva e início do governo Medici, surge o “milagre” econômico. Formado pelo aumento do investimento externo no Brasil, aumento do crédito e diminuição das taxas de juros, como consequência o PIB do Brasil aumenta consideravelmente pelo foco no setor agrário e privado, porém a dívida externa é ampliada se tornando um problema relevante apenas com Geisel e aumenta também a concentração de renda no Brasil, a qual só entre em discussão social sendo um inconveniente para a ditadura após os pronunciamentos do presidente do Banco Mundial Robert McNamara.

⁸¹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Maria Helena Moreira Alves, Bauru, SP: EDUSC, 2005. P. 12, 13

⁸² Ibidem, P. 07

⁸³ CAMARA, H. F. **Genealogia do Ato Institucional? entre legalidade, exceção e legalidade excepcional**. Revista História do Direito (RHD) 2002. P. 275 e 276

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Maria Helena Moreira Alves, Bauru, SP: EDUSC, 2005. P. 12, 13

⁸⁴ BORGES, Nilson. **A doutrina de segurança nacional e os governos militares**. In FERREIRA; DELGADO. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, 9ed Rio de Janeiro, 2019. P. 34

⁸⁵ Ibidem, P. 29

O Brasil também sofre com as crises do petróleo que intensificam a crise econômica mundial⁸⁶. Por fim, a ditadura militar é marcada pelo Estado autoritário, pela repressão, pelas questões econômicas e sua aparência legal.

Utilizando do conceito de discurso do filósofo Michael Foucault, tive como objetivos perceber e analisar os temas abordados durante os discursos dos ditadores pronunciados ao grande público e os preâmbulos dos atos institucionais, e discursos pró-ditadura no Jornal do Brasil de 2000 a 2010 e como estes discursos podem afetar a memória sobre a ditadura através de seus símbolos e significados. Através das argumentações dos ditadores busco perceber as nuances e contradições em seus discursos.

Nos preâmbulos de argumentação para a decretação dos atos institucionais, temos como principais temas: dar a aparência de revolução ao golpe, a necessidade de institucionalizar a ditadura, a oposição atrasando o Brasil de entrar nos eixos, necessidade de ordem, participação popular e o objetivo de restaurar a moral do país.

Porém, temos algumas contradições. O AI-1 argumenta que a “revolução” não pretende mexer nos direitos constitucionais, já no AI-2 os militares falam sobre a oposição estar indo contra a perda de alguns direitos constitucionais, contudo, temos como contradição a este tema o AI-4, o qual convoca a formulação de uma nova constituição com a argumentação de que ela já estaria ultrapassada e que passou por várias transformações devido a emendas constitucionais, se tornando inapta para os objetivos da “revolução”; ou seja, o que inicialmente é argumentado como apenas um aumento do poder presidencial e não tem como objetivo modificar a constituição, se contradiz com os próprios argumentos dos Atos institucionais seguintes. Vemos essa contradição no preâmbulo do AI-2 que mostra a repressão dos militares e a remoção de direitos constitucionais, já no AI-4 a formulação de uma nova constituição que serviria mais aos militares do que ao povo, faz-se importante destacar que em nenhum momento eles negam estarem institucionalizando a ditadura, mas disfarçam colocando o termo “revolução”.

Apesar das contradições, a participação popular é exaltada nos preâmbulos, como maneira de colocar a população como participante ativa do golpe, no primeiro momento do

⁸⁶ PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. **O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)**. In FERREIRA; DELGADO. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, 9ed Rio de Janeiro, 2019. P. 228, 229
TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política (1974-1985)**. In: Ferreira, Jorge; Neves Delgado, Lucília de Almeida Neves. (Org.). O Brasil Republicano. 9ed. Rio de Janeiro, 2019. P. 252, 253

golpe, como dito anteriormente, os militares se apoiam na classe média, na mídia e nos altos cargos da igreja católica que os ajudam a criar uma coesão social.⁸⁷

Nos discursos dos ditadores que foram analisados, os principais temas abordados foram ser uma revolução e não um golpe; o Brasil estar em dívida com os militares; o sacrifício da população por um bem maior (o Brasil); economia; a projeção otimista para o futuro; o inimigo interno; a missão dada pelo povo para restaurar a ordem do Brasil; os perigos de devolver o país à democracia popular; a justiça social e, cada ditador após Castello Branco exaltar o governo anterior.

A ideia da dívida com os militares seria no sentido de que a população deve agradecer a eles por tirar o país da subversão que o assolava. O sacrifício é uma necessidade que o Estado atribui à população para o retorno da ordem e da economia, junto a essa ideia de sacrifício é criado o inimigo interno que seriam os comunistas e subversivos, estes estariam tentando retornar o país para um estado de corrupção e trariam de volta os problemas que os militares estariam “resolvendo”, com a criação do inimigo interno o Estado se encontra sempre em crise, uma maneira para justificar a repressão.

O perigo de devolver o país à democracia, seria de que a população ainda poderia entregar o país ao comunismo e aos subversivos (inimigo interno), portanto, era necessário se manter sob tutela dos militares. A economia é muito presente nos discursos, inicialmente algo que seria resolvido, quando chega o período do “milagre” econômico ela é tratada como resolvida e se torna o principal argumento dos militares para sua permanência e que estariam levando o Brasil para o país do futuro e sem limites de crescimento, entretanto com o fim do milagre econômico a economia é tratada como está: péssima, mas que poderia estar pior caso os militares não estivessem no poder.

Por fim, a justiça social se caracteriza por tentar entregar uma vida digna a todos os brasileiros, entretanto, lembremos que a concentração de renda foi extremamente forte e uma das piores heranças da ditadura.⁸⁸ Outro ponto comum é se colocarem como tutores da sociedade e que estariam em uma missão, ao final de cada mandato nos discursos é colocado como se esta “missão” estivesse cumprida, ou seja, colocar o país de volta à moralidade enquanto combatem o inimigo subversivo e resolvem os problemas econômicos.

As notícias analisadas no Jornal do Brasil, ou pedem uma leitura positiva sobre o período focando em desenvolvimento econômico ou tentam controlar a narrativa como o caso da

⁸⁷ VASCONCELOS, C. B. de. **O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968)**. Florianópolis, 2019. P. 368

⁸⁸ PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. **O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973)**. In FERREIRA; DELGADO. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, 9ed Rio de Janeiro, 2019 p. 233

guerrilha do Araguaia. É importante notarmos nelas que não há negação sobre a repressão, tortura e afins, mas uma mudança de foco ou que esta repressão foi apenas na guerrilha armada e que qualquer crime tanto dos militares quanto da oposição foi perdoado pela anistia. Logo, há uma tentativa de reconstruir a memória social sobre a repressão, como apontado no capítulo 02 esta repressão não foi dirigida apenas a militância armada, tendo alcançado diversas camadas da sociedade.

Como abordado no segundo capítulo a memória social assim como a tradição é mutável de acordo com a necessidade da sociedade o que Foucault caracteriza como a “busca pela verdade” nas sociedades, ou pela vontade das elites que controlam a narrativa e tradições como destacado por Schmidt e Hobsbawm⁸⁹. Ou seja, se a lembrança sobre a ditadura passará a ser positiva sendo vista como um período de progresso como os artigos publicados no Jornal do Brasil tentam remontar ou se ela será lembrada como realmente foi vai depender de quem controlará a narrativa e quais significados serão atribuídos a memória da ditadura. Já que o indivíduo reconstrói sua memória individual a partir do grupo social a qual ele pertence⁹⁰. os discursos governamentais é uma forma de trazer significados positivos a ditadura, pois a dissimulam em todos os seus aspectos e sempre se apresentam em total controle da sociedade e estariam trazendo evolução social.

⁸⁹ HOBBSAWM, Eric J. **A invenção das tradições** 12ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2015 P. 09, 10,11, 12, 13, 14 e 15

SCHMIDT, M. L. S. **Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência**. psicologia USP, São Paulo 1994. P.293

⁹⁰ Ibidem, P.288

FONTES

ARAÚJO. José. Felicidade. O Jornal, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1971 disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=110523_06&pesq=%22Medici%20aplaudido%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Ato institucional 01, de 09 de abril de 1964**. Rio de Janeiro: Casa civil, 09 abr. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm acesso 18 de abr.2023

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Ato institucional 02, de 27 de outubro de 1965**. Brasília: Casa civil, 27 out. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-02-65.htm acesso em: 18 abr. 2023

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Ato institucional 03, de 05 de fevereiro de 1966**. Brasília: Casa civil, 05 fev. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-03-66.htm acesso em: 18 abr. 2023

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Ato institucional 04, de 12 de dezembro de 1966**. Brasília: Casa civil, 12 dez. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-04-66.htm acesso em: 18 abr. 2023

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Ato institucional 05, de 13 de dezembro de 1968**. Brasília: Casa civil, 13 dez. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm acesso em: 18 abr. 2023

Discurso Arthur da Costa e Silva, 15 mar. 1967 disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/costa-silva/discursos/1967/01.pdf/view>

Discurso Arthur da Costa e Silva, 15 mar. 1969 disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/costa-silva/discursos/1969/04.pdf/view>

Discursos Emílio Garrastazu Medici, 30 out. 1969 disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969/04.pdf/view>

Discursos Emílio Garrastazu Medici, 01 mai. 1970 disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/12/view>

Discursos Emílio Garrastazu Medici, 31 mar. 1971 disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1971/05.pdf/view>

Discursos Emílio Garrastazu Medici, 21 abr. 1972 disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1972/07.pdf/view>

Discursos Emílio Garrastazu Medici, 01 mai. 1973 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1973/09.pdf/view>

Discursos Emílio Garrastazu Medici, 15 mar. 1974 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1974/03.pdf/view>

Discursos Ernesto Geisel, 15 jan. 1974 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/01.pdf/view>

Discursos Ernesto Geisel, 09 out. 1975 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1975/33.pdf/view>

Discursos Ernesto Geisel, 29 dez. 1976 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1976/81.pdf/view>

Discursos Ernesto Geisel, 29 dez. 1977 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1977/94.pdf/view>

Discursos Ernesto Geisel, 29 dez. 1978 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1978/128.pdf/view>

Discursos Ernesto Geisel, 15 mar. 1979 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1979/9.pdf/view>

Discursos Humberto de Alencar Castello Branco, 11 abr. 1964 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/01.pdf/view>

Discursos Humberto de Alencar Castello Branco, 14 abr. 1965 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1965/04.pdf/view>

Discursos Humberto de Alencar Castello Branco, 31 dez. 1966 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1966/12.pdf/view>

Discursos Humberto de Alencar Castello Branco, 15 mar. 1967 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1967/15.pdf/view>

Discurso João Baptista Figueiredo, 15 mar. 1979 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1979/01.pdf/view>

Discurso João Baptista Figueiredo, 31 mar. 1980 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1980/13.pdf/view>

Discurso João Baptista Figueiredo, 30 dez. 1981 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1981/89.pdf/view>

Discurso João Baptista Figueiredo, 01 mai. 1982 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1982/37.pdf/view>

Discurso João Baptista Figueiredo, 29 dez. 1983 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1983/62.pdf/view>

Discurso João Baptista Figueiredo, 28 dez. 1984 disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/1984/59.pdf/view>

DRUMMOND, Aristóteles. Jornal do Brasil. 31 mar. 2003, edição 00357 p:A13. Disponível em:
https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=030015_12&PagFis=53461&Pesq=%22revolu%20c3%a7%20a3o%20de%2064%22

DRUMMOND, Aristóteles. A festa da democracia, Jornal do Brasil. 01 out. 2006, edição 00176 p:D02. Disponível em:
https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=030015_12&PagFis=53461&Pesq=%22revolu%20c3%a7%20a3o%20de%2064%22

Jornal do Brasil. A história oficial, 31 mar. 2001, edição 00356, p:06. disponível em:
https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=030015_12&PagFis=53461&Pesq=%22revolu%20c3%a7%20a3o%20de%2064%22

Jornal do Brasil. De jaquetão e bigode. 26 mar. 2004, edição 00353, p:A11 disponível em
https://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=030015_12&PagFis=53461&Pesq=%22revolu%20c3%a7%20a3o%20de%2064%22

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Maria Helena Moreira Alves, Bauru, SP: EDUSC, 2005.

BASTOS, P. P. Z. **Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas**. In: Pedro Paulo Zahluth Bastos, Pedro Cezar Dutra Fonseca. (Org.). A Era Vargas - Desenvolvimentismo, economia e sociedade. 1ed.São Paulo: Editora UNESP, 2012.

Biografia Arthur da Costa e Silva: disponível em:
<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/artur-da-costa-e-silva/>

Biografia Emílio Garrastazu Medici disponível em:

<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/medici/>

Biografia Ernesto Geisel disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/geisel/>

Biografia Humberto de Alencar Castello Branco disponível em: <http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/91-castello-branco>

Biografia João Baptista Figueiredo disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/joao-figueiredo/>
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/biografia>

Biografia José Sarney disponível em: <http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/111-jose-sarney>

BECHARA, G. N.; RODRIGUES, H. W. **Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário**. Justiça do Direito (UPF), 2015, v. 29.

BEIRED, J. L. B. **Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. 1. ed. São Paulo: Loyola/Programa de Pós-Graduação em História Social-USP, 1999.

BORGES, Nilson. **A doutrina de segurança nacional e os governos militares**. In FERREIRA; DELGADO. In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização. 9ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMARA, H. F. **Genealogia do Ato Institucional? entre legalidade, exceção e legalidade excepcional**. Revista História do Direito (RHD) 2002, disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/82954/45883> acesso em 10 mar. 2023

CEDEM, assembleia de comunicação da UNESP. **Há 46 anos Vladimir Herzog era assassinado no DOI-CODI**. UNESP, 2012. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/noticia/521/ha-46-anos-vladimir-herzog-era-assassinado-no-doi-codi/> acesso em: 07 jul. 2023

CHAGAS, Carlos. **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe 1964-1969**. 2º edição Ed. Record 2014.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 22, 2009.

DIAS, Reginaldo. **A eleição indireta a presidente da república**. História das eleições episódio 14. CBN, 2022. Disponível em: <https://www.cbnmaringa.com.br/noticia/a-eleicao-indireta-a-presidente-da-republica-de-1969>

FERREIRA, Jorge. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964**; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945

ao golpe civil-militar de 1964. Terceira República (1945-1964). Coleção O Brasil Republicano, vol. 3. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 1.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.** In: Jorge Ferreira; Lucília de Almeida Neves Delgado. (Org.). O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização. 9ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019

FOUCAULT, Michael. **(L'Ordre du discours, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970.** Tradução: A ordem do discurso aula inaugural no collège d'e France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. Tradutor: Edmundo Cordeiro e Antônio Bento. Editora Ciberfil, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** 8ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GONDAR, J. **memória individual memória coletiva, memória social.** Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social, [S. l.], v. 7, 2015.

GOTO, Fabio; BUCHALA, Luciana; JUNQUEIRA, Luis e MONDE, Marcela Del. **Uma exposição da concentração de renda no Brasil.** UNICAMP. 2000

HOBBSAWM, Eric J. **A invenção das tradições** 12ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2015.

Juntas militares. FGV CPDOC. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juntas-militares> acesso em: 06 de jul. 2023

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)** 2000.

NAPOLITANO, M. **Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro.** Antíteses (Londrina), v. 8, 2015.

OLIVEIRA, Helena Mendes, Albuquerque, Pedro B., & Saraiva, Magda. **O Estudo das Falsas Memórias: Reflexão Histórica.** 2018

PAGANINE, Joseana. **Há 40 anos ditadura impunha pacote de abril e adiava abertura política.** Senado notícias, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/31/ha-40-anos-ditadura-impunha-pacote-de-abril-e-adiava-abertura-politica> acesso em: 07 jul.2023

PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. **O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973).** In FERREIRA; DELGADO. O Brasil Republicano. O tempo da ditadura, 09 ED. Rio de Janeiro. 2019

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Palhares Moreira. **Eleições diretas e indiretas no Brasil**. Brasília. 1997.

RODRIGUES, Robson G. Caetano Veloso e outros artistas lembram período de exílio há 50 anos. Correio Braziliense, 2019. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/03/17/interna_diversao_arte,743311/artistas-exilados-ha-50-anos.shtml acesso em: 07 jul. 2023

SCHMIDT, M. L. S. **Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência**. PSICOLOGIA USP, SÃO PAULO/SP, v. 4, n.1/2, 1994.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política (1974-1985)**. In: Ferreira, Jorge; Neves Delgado, Lucília de Almeida Neves. (Org.). O Brasil Republicano. 09 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. **O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968)**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 28, 2019.